


CONFIANÇA
★★★★★★★★ AÇORES

**CONFIANÇA PSD
AGENDA DE
GOVERNAÇÃO
2020-2030**



AO VOSSO LADO

www.psdacores.pt

 [psdacores](https://www.facebook.com/psdacores)

CONFIANÇA PSD
AGENDA DE
GOVERNAÇÃO
2020-2030



PELOS AÇORES
SOLIDÁRIOS. PESSOAS PRIMEIRO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

CARTA ABERTA AO ELEITOR AÇORIANO

José Manuel Bolieiro

- I - A candidatura que assumimos à Presidência do Governo da Região Autónoma dos Açores, em nome e representação do PSD/Açores, justifica-se **pelo valor democrático da afirmação de uma alternativa de governação.**

Uma alternativa que seja geradora de alternância do Poder.

O que nos move é a missão democrática de servir os Açores, a nossa Autonomia Política e o nosso progresso.

O nosso indeclinável perfil político é reconhecido e não muda, como respeitador e dialogante!

É isso que podem esperar de nós os açorianos, apoiantes e adversários.

Estamos disponíveis para o debate plural e democrático, com respeito pela integridade das pessoas e das instituições, que representam legitimamente a vontade do Povo.

O projeto político e de governo que defendemos não é de geração. É intergeracional. Não é de geografias redutoras. É dos e para os Açores. Para as nossas nove ilhas. Para os nossos 19 concelhos e 155 freguesias. Todos igualmente importantes.

Os Açores precisam de uma mudança de políticas.

Dar mais espaço ao empreendedorismo, de empregadores e de trabalhadores, com mais liberdade e segurança para criarem riqueza e emprego.

O propósito do PSD/Açores é servir com responsabilidade, sobretudo nos tempos mais difíceis e nestes em particular que vivemos.

II - **O nosso método de governação** será a confirmação do nosso perfil político.

- 1 - Diálogo e concertação social. A expressão de vontade do Povo não se reduz ao ato eleitoral de quatro em quatro anos, mas sim na auscultação e respeito pela representatividade dos **parceiros sociais**, destinatários das políticas públicas.

Vamos elevar e fortificar o papel de intervenção e influência dos múltiplos parceiros sociais e do Conselho Económico e Social dos Açores.

- 2 - Vamos valorizar, ampliar e reformar o papel do **conhecimento** empírico adquirido nos Açores, para melhor conhecer a nossa efetiva realidade, fundamentar as políticas públicas e avaliar os seus resultados.
- 3 - Vamos apostar na **descentralização** e aumentar de forma exponencial a cooperação institucional e pública do investimento público, entre a Administração Regional Autónoma e o Poder Local, com um regime de cooperação financeira transparente, regular, estável e equitativo, com os 19 municípios e as 155 freguesias.
- 4 - Vamos valorizar a economia privada e o investimento produtivo, gerador de riqueza e de emprego.
Orientar mais fundos europeus para as nossas **pequenas e médias empresas** do tecido empresarial de cada ilha.
As nossas PME's asseguram 70% do emprego e recebem 20% dos fundos.

III - Opções reformistas e disruptivas.

- 1 - Aposta na criação efetiva de um mercado de mobilidade regional. Inovação no modelo de obrigações de serviço público de transporte aéreo e marítimo de pessoas e mercadorias. Aplicação de uma **tarifa Açores** para residentes.
- 2 - Valorizar o papel da fiscalidade na desoneração do custo de contexto para o investimento privado reprodutivo. **Redução máxima** do legalmente admitido das taxas nacionais de **IVA** e **IRC**. Para as famílias redução máxima da taxa de **IRS**, nos escalões ainda excluídos.
- 3 - Promover, nas escolas, o treino para o sucesso. Introduzir o designado **“coaching educativo”**, para combater com eficácia o insucesso escolar.
- 4 - Conceber um regime de apoio financeiro anual à **comunicação social** privada das nossas ilhas, transparente, previsível e regular. Com atribuição reforçada de meios, segundo critérios objetivos e equitativos, através de uma gestão independente e não governamentalizada.

IV - Prioridades políticas.

Em todos os tempos e em todos os lugares onde a responsabilidade política e social prevaleça, onde a definição estratégica seja um método de planeamento do progresso, e haja o reconhecimento da escassez de recursos, não se pode dar tudo a todos e em todo o tempo.

E é esse o entendimento essencial para que a política das escolhas e prioridades seja inteligente e submetida ao juízo e decisão racional dos eleitores civicamente esclarecidos.

Sabemos por onde queremos ir:

Pelos Açores

Solidários com as Pessoas

Desenvolvimento Sustentável.

Com uma agenda para a década:

3 Causas

- Demografia
- Participação
- Digital

3 Apostas

- Qualificação
- Economia Verde
- Economia Azul

3 Desígnios

- Saúde
- Emprego
- Acessibilidades

DIRETÓRIO

Um Programa Eleitoral pela CONFIANÇA

Onde estamos
Para onde vamos
Pós-COVID

I. PELOS AÇORES

Para cima

DEMOCRACIA | Mais Participação
AUTONOMIA | Melhor Concretização

Para fora

na **REPÚBLICA PORTUGUESA** | Dignificação
na **UNIÃO EUROPEIA** | Afirmação
na **DIMENSÃO ATLÂNTICA** | Projeção

Para dentro

PODER LOCAL | Cooperação
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | Eficiência
SETOR PÚBLICO EMPRESARIAL | Eficácia

II. PESSOAS PRIMEIRO

QUALIFICAÇÃO | Exigência & Excelência

SAÚDE | Proximidade & Celeridade

JUVENTUDE | Fixar & Motivar

EMPREGO | Mais & Melhor

HABITAÇÃO | Condigna & Acessível

SOLIDARIEDADE | Inclusão & Dignificação

CULTURA | Identidade & Cosmopolitismo

DESPORTO | Mérito & Ambição

III. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

DAR VALOR A **CADA ILHA**

DAR ESPAÇO À **INICIATIVA PRIVADA**

DESENVOLVER A **CAPACIDADE PRODUTIVA**
Economia Verde
Economia Azul

MELHORAR O **SISTEMA DE TRANSPORTES**

AMBIENTE | Responsabilidade

TURISMO | Oportunidade

AGRICULTURA | Presente!

DIGITAL | Futuro!

UM PROGRAMA ELEITORAL PELA **CONFIANÇA!**

Confiança!

Uma palavra com nove letras, como nove são as ilhas dos Açores.

Uma marca identitária da nossa relação com as pessoas.

Confiança nos açorianos.

Confiança nos Açores.

Agora, temos de **recuperar a confiança dos açorianos na política.**

A política como um nobre exercício do bem comum.

A confiança no bom funcionamento da democracia, na alternância democrática, nas oportunidades de desenvolvimento.

Na sociedade e na política, todos são importantes para a Democracia.
Para a pluralidade da opinião, para a afirmação de alternativas,
para a participação cívica de mais e mais cidadãos.

O superior interesse da Região tem de ficar sempre acima
- e muito acima - da conservação partidária do Poder.

Tem de haver mais lugar para a sustentabilidade das políticas.

O mesmo caminho para as mesmas opções produz sempre os mesmos resultados.

Confiamos no nosso povo.

A confiança é a base essencial da democracia representativa.

Confiamos, desde logo, nos nossos valores e nos nossos princípios.

E confiamos em todos quantos partilham connosco uma nova ambição para a nossa terra.

É possível, é preciso, é urgente fazer diferente.

Queremos para os Açores um verdadeiro desenvolvimento, mais consistente e mais consequente.

Somos um povo capaz de fazer.

ONDE ESTAMOS

A Região Autónoma dos Açores vive um momento muito difícil, decorrente da crise sanitária mundial, com evidentes impactos económicos e sociais. Mas esta crise, muito recente, não nos pode desobrigar de avaliar toda uma legislatura que agora termina.

Os problemas dos Açores não começaram nos últimos quatro meses. Eles decorrem, especialmente, dos últimos quatro anos. E resultam, afinal, de 24 anos da mesma governação, das mesmas estratégias.

Na mudança de ciclo que se impõe e se avizinha, importa avaliar os verdadeiros resultados de um modelo de governação instalado e esgotado.

Relativamente à União Europeia, o PIB *per capita* dos Açores em 2018 re-presentava 68%, valor idêntico ao que se registava no final do século passado.

Ou seja, nos primeiros 20 anos no século XXI, apesar dos apoios europeus tão significativos, os **Açores não convergiram com a Europa.**

Relativamente ao País, o mesmo indicador persiste nos níveis de 2003, com 88%. Em 15 anos, **não fomos capazes de nos aproximar das médias nacionais.**

Mesmo na nossa Região, com esta governação, **as desigualdades entre ilhas agravaram-se**, traduzindo-se em variações demográficas negativas, o que penaliza as ilhas de menor dimensão, e em menores oportunidades de fixação para os mais jovens.

Esta governação falhou na convergência económica e no desenvolvimento equilibrado de todas as Ilhas. Não cumpriu o essencial.

Sem um crescimento económico sustentável e suficientemente forte, continuaremos, infelizmente, entre as regiões mais pobres do País e da Europa.

Temos dos piores resultados na Educação e temos dos piores acessos à Saúde, temos uma esperança de vida inferior à nacional e temos taxas de desemprego superiores às nacionais.

As desigualdades entre ricos e pobres aumentam num contexto em que as taxas de risco de pobreza são as maiores do país.

Na avaliação imparcial do Instituto Nacional de Estatística, em 2019, os Açores apresentavam **a maior taxa de pobreza e exclusão social do país**, com 36,7%, sendo a média nacional de 21,6%. E apresentavam **a maior taxa de privação material severa**, com 13,1%, quando a média nacional é de 5,6%.

No Rendimento Social de Inserção, os Açores ocupam o pior lugar no conjunto do país, com **o maior número de beneficiários de RSI** em função da população residente.

Ainda na avaliação do INE, em 2018, os Açores ocupavam o 21º lugar da competitividade da economia, entre as 25 regiões portuguesas, e **a última posição relativa à coesão económica**.

A este quadro inaceitável acresce ainda a situação financeira da Região, em que o endividamento tem crescido de forma significativa e preocupante.

No final de 2018, tínhamos **um endividamento de 3.000 milhões de euros**. Estes são encargos dos orçamentos regionais da atual e das futuras gerações açorianas.

O Sector Público Empresarial Regional foi marcado pelo seu empolamento e pela sua má gestão. A SATA é o exemplo maior de incapacidade e de falência desta governação, que passa também pela situação da SINAGA, da SAÚDAÇOR, da SPRIH.

Não nos devemos conformar. Temos de inverter esta situação.

Recuperar o desenvolvimento da sociedade açoriana não é continuar a de-senvolver as mesmas políticas, que, durante 24 anos desta mesma governação, conduziram à triste realidade em que temos **um terço da nossa população a viver abaixo do limiar da pobreza!**

PARA ONDE VAMOS

Para nós, os Açores em 2030 têm de ser uma Região mais próxima dos padrões europeus. Por exemplo, em áreas como o desempenho escolar, as qualificações profissionais e a transição para o digital, o desenvolvimento tecnológico e científico, os níveis de pobreza e de exclusão social, o indicador geral PIB/capita.

Temos de ser - e podemos ser - **uma Região substancialmente mais rica** em termos absolutos e em termos relativos, com maior autonomia económica, com maior capacidade endógena, com menor dependência de vontades externas.

Temos de ser - e podemos ser - **uma Região baseada no desenvolvimento sustentável**, articulando de forma harmoniosa os seus pilares fundamentais.

As especificidades e a genuinidade de cada uma das nove ilhas são elementos estratégicos para afirmar a sua diferenciação e ajudar a **ultrapassar os desafios da ultraperiferia e da insularidade**.

O novo paradigma de desenvolvimento tem que ser baseado na tecnologia, no conhecimento, na formação, na educação.

A superação desses desafios implica uma **cooperação estratégica com o governo nacional e com as instituições europeias**, maximizando o valor da posição geoestratégica dos Açores.

A **estratégia global de desenvolvimento** deve estar **assente numa perspetiva de mercado**, seguindo os paradigmas da Europa que são os que melhores resultados históricos têm trazido ao mundo.

O Estado deve assumir um papel regulador central da economia de mercado nos aspetos em que esta possa falhar, seguindo os princípios económicos e sociais que determinam a razão de ser e os limites da intervenção pública.

O primado do mercado é uma estratégia basilar de qualquer economia que se queira inserida na Europa moderna.

Queremos **desenvolvimento económico para termos desenvolvimento social**.

Os Açores precisam.

Os açorianos merecem.

PÓS-COVID

A pandemia da COVID-19 tem inevitáveis consequências negativas também para a Região Autónoma dos Açores. A fragilidade dos indicadores sociais e económicos, com que já vivíamos, fica assim ainda mais agravada.

Muitas empresas açorianas defrontam-se agora com dificuldades financeiras relevantes e com falhas no cumprimento das responsabilidades perante a autoridade tributária e a segurança social. Pela sua própria dimensão, mas igualmente pelas limitações do mercado, pelas deseconomias de escala, pelos elevados custos de contexto.

A atual crise pandémica - ainda de duração e dimensão incertas - já está a ter consequências profundas e gravosas na nossa sociedade e, em especial, na nossa economia, empurrando empresas para a falência e aumentando o desemprego.

Mesmo as empresas de maior dimensão organizacional e relativa estabilidade financeira - mas que atuam em setores que reduziram ou pararam a sua atividade, como o turismo, com reativação muito morosa - terão fortíssimas probabilidades de não conseguirem ultrapassar as dificuldades.

Compreendemos e partilhamos as reservas dos parceiros sociais de que as medidas adotadas pelo Governo Regional, ainda que positivas, são manifestamente insuficientes para as reais necessidades da economia regional.

O esforço financeiro disponibilizado pelo orçamento regional, bem como a dimensão e a configuração das medidas criadas, não é suficiente para evitar o fecho de empresas, insolvências e uma crise social de dimensão causada pelo desemprego e pela falta de rendimento familiar.

Infelizmente, depois das eleições, a verdade virá ao de cima...

Por isso, urge reforçar as medidas de apoio às empresas, sobretudo com natureza de fundo perdido, tal como exige o País e a própria Região dos apoios a receber da União Europeia.

É fundamental criar condições para a retoma do investimento. Isso passa, necessariamente, pela majoração dos incentivos previstos no atual Sistema de Incentivos para a Competitividade Empresarial (Competir +), pelo menos nos próximos três anos, tal como proposto pelo PSD e inviabilizado pelo PS.

Sem medidas mais profundas de apoio à economia, a recuperação económica será demasiado morosa e gravosa para o bem-estar dos açorianos.

Uma situação excecional exige uma resposta excecional.

Antes de mais e acima de tudo, capacitando o Serviço Regional de Saúde, mas, também, melhorando respostas sociais como as Estruturas Residenciais para Idosos.

A pandemia, também nos Açores, tem conduzido ao cancelamento e adiamento de atos médicos, com consequências imprevisíveis, nomeadamente no adiamento – por vezes irreversível – do tratamento de doenças graves. **Há mais Saúde para além do COVID.**

Neste sentido, importa o estabelecimento imediato de um verdadeiro plano de retoma da atividade clínica, com metas e objetivos mensuráveis, cronologicamente definidos, de modo a evitar perda de vidas por atraso diagnóstico ou de tratamento.

A pandemia causada pelo SARS COV 2 exigiu e continuará a exigir a definição e execução de medidas de saúde pública que pressupõem um conjunto de recursos humanos em que os **médicos especialistas em Saúde Pública** são peça fundamental. Por isso importa, numa perspetiva de futuro, apostar na sua formação e fixação.

Ao mesmo tempo, a pandemia demonstrou que a população idosa constitui um dos principais grupos de risco, assumindo neste grupo etário níveis de mortalidade muito elevados.

O próximo governo tem de **assumir como prioritárias todas as medidas de proteção dos idosos**, particularmente os institucionalizados ou que vivem na sua própria solidão, conferindo-lhes todos os meios de apoio social que os protejam do novo coronavírus.

Acredita-se que a coordenação das medidas de saúde pública, pela sua natureza, bem como a coordenação dos recursos humanos, pressupõem uma ação independente, baseada na “legis artis”. Por esta razão, a **Autoridade de Saúde Regional** deve ser exercida, preferencialmente, por um médico especialista de Saúde Pública. E o seu titular **não deve integrar a estrutura do Governo Regional**. Para ser uma autoridade verdadeiramente independente.

I. MAIS AÇORES

DEMOCRACIA Mais Participação

Os parceiros sociais e a comunicação social são estruturantes na sociedade e determinantes para o desenvolvimento. Terão mais espaço para terem mais importância.

Temos um projeto de governação para os Açores que privilegia o reforço da democracia participativa com os parceiros não partidários.

O poder público e político não está à frente ou acima do espírito inovador e da capacidade empreendedora da sociedade civil, organizada em parceiros sociais.

É indispensável uma monitorização isenta e independente, com escrutínio objetivo dos resultados das políticas públicas regionais de governação.

Os **parceiros sociais** também podem e devem ser determinantes na configuração, na execução e na avaliação de resultados das políticas de desenvolvimento.

O **Conselho Económico e Social** simboliza e sintetiza a participação da sociedade organizada em parceiros sociais na apreciação e definição das políticas públicas de governação regional. De forma independente e plural.

Importa dignificar ao expoente máximo o efetivo diálogo social nos Açores e, por isso, dar condições inequívocas de operacionalidade ao Conselho Económico e Social.

Dotá-lo de uma estrutura profissional. Passar para a sua gestão o serviço regional de estatística.

A estatística é elemento essencial para o reconhecimento empírico de resultados e/ou de apreciações coletivas, como avaliação imparcial das consequências concretas das políticas públicas de desenvolvimento dos Açores.

É indispensável uma estatística regional cada vez mais detalhada, abrangente e independente.

Uma informação objetiva do que somos e do que valem os.
Com recolha crescente e abrangente de dados, de base científica, credibilizada pelos métodos reconhecidos no plano internacional.

Conhecer com rigor o que já temos, para melhor preparar o que ainda nos falta.

Outro exemplo, é o papel da **comunicação social**.

A comunicação social é igualmente importante em toda a parte. Mas é especialmente importante numa região distante e descontínua como a nossa.

Nas nossas ilhas, a comunicação social privada exerce uma verdadeira missão de interesse público.

Mas tem tanta importância como fragilidade.

Importa contribuir para o seu fortalecimento através de um novo enquadramento legislativo de apoio financeiro. Com objetividade, independência, estabilidade e regularidade.

Por exemplo:

- afetar anualmente um milhão de euros aos programas de apoio à comunicação social privada;
- colocar a análise, gestão e fiscalização das candidaturas, e subsequente financiamento, na competência de um órgão liderado pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o qual obrigatoriamente integrará representantes das empresas;
- enquadrar nas ajudas públicas os investimentos que complementam a dimensão multimédia dos produtos informativos;

- majorar os apoios à difusão, nomeadamente os que fazem recurso às plataformas digitais;
- financiar ações formativas e outros eventos que promovam a atualização e o desenvolvimento das competências profissionais dos agentes de comunicação social.

Nas nossas ilhas, o serviço público de rádio e televisão é tão indispensável quanto difícil. Precisa de um impulso verdadeiro. Sobretudo nas ilhas sem estúdio próprio, que não podem ser ilhas sem a sua própria voz.

Também aqui, importa articular e partilhar a responsabilidade da República e da Região pelo reforço de meios que se impõe.

Pela nossa parte, propomo-nos:

- alocar anualmente uma verba, nunca inferior a 15% da consignada à comunicação social privada, destinada a investimentos de natureza estratégica, individuais ou comuns, para a prestação do serviço público de rádio e televisão nos Açores e bem assim da cobertura informativa a cargo da agência de notícias pública;
- criar, no futuro Quadro Comunitário, uma linha de financiamento destinada à modernização e expansão das estruturas de produção e rede de difusão da RTP nos Açores;
- financiar ações formativas e outros eventos que promovam a atualização e o desenvolvimento das competências profissionais dos colaboradores da Rádio e Televisão de Portugal e da LUSA - Agência de Notícias de Portugal em exercício de atividade nos Açores.

Este é um Projeto de Interesse Comum. Para cada ilha, para todas as ilhas, para todo o país, para a nossa diáspora.

A comunicação social é parceira e mediadora para informação e formação de uma opinião pública qualificada.

É preciso assegurar a sua valorização e salvaguardar a sua independência. É preciso dar espaço à sociedade.

AUTONOMIA Melhor Concretização

Queremos uma Autonomia de Responsabilização e uma Autonomia de Resultados. Na nossa Missão Açores, assumimos um Compromisso com Cada Ilha.

Historicamente, o PSD é o mais autonomista dos partidos políticos. Comprovadamente, a Autonomia Política é o regime de governo que mais convém aos Açores.

A distância, a dimensão e a dispersão da nossa Região encontraram resposta adequada na histórica conquista da Autonomia Constitucional de 1976, sublinhada por quatro décadas e dois ciclos de governo próprio.

Mas o nosso futuro é ainda mais importante do que o nosso passado. É tempo de inaugurar uma nova cultura de Autonomia, mais adequada aos novos desafios.

A governação dos Açores em 2020-2030, com o Partido Social Democrata, garante uma Autonomia de Responsabilização, uma Autonomia de Resultados, uma Missão Açores e um Compromisso com cada Ilha.

Teremos uma **Autonomia de Responsabilização**, com um lugar para todos: a liberdade das pessoas, a participação da sociedade, a iniciativa dos agentes, a parceria do governo.

O nosso projeto é de democracia participativa, de respeito pelas diferenças, de criação de sinergias. Em conjugação com os agentes económicos, com

as organizações sociais, com a comunicação social, com a administração regional, com as autarquias locais.

Autonomia de Responsabilização não é o governo a controlar todos e a mandar em tudo.

É parceria ativa e transparente entre a cidadania, a sociedade civil, as Freguesias, os Municípios e a Região.

É relação respeitosa entre o Governo Regional e a Assembleia Legislativa. É cooperação proveitosa com a República Portuguesa e a União Europeia.

Teremos uma **Autonomia de Concretização**. Um verdadeiro modelo de desenvolvimento tem que ter objetivos e resultados, monitorizáveis por dados empíricos imparciais e objetivos. Na Educação e na Saúde, na Habitação e no Emprego, na Economia e nos Transportes, na Terra, no Mar, no Ambiente.

O primeiro objetivo e o primeiro resultado da Autonomia dos Açores tem que ser a felicidade dos açorianos na sua própria terra.

A Missão Açores inclui um **Compromisso com cada Ilha**. Todas as ilhas são importantes. Todos os açorianos contam. Pela demografia, impõe-se apostar na juventude. Com a economia, importa desenvolver verdadeiramente e integralmente.

O nosso projeto reconhece, respeita e valoriza a identidade e a capacidade de cada ilha, como de cada concelho e de cada freguesia. Em coesão territorial para coesão social.

Açores na REPÚBLICA PORTUGUESA Dignificação

É sempre preciso defender os interesses da Região na organização do Estado. Tudo o que não for competência exclusiva da Soberania é competência própria da Autonomia.

A responsabilização pelo desenvolvimento sustentável dos Açores – portanto, do país inteiro e das ilhas da União Europeia – tem de implicar reconhecimento e envolvimento comum, e em subsidiariedade, da nossa especificidade e do nosso potencial nos contextos regional, nacional e europeu.

Temos desafios a transformar em projetos de **interesse estruturante** e comum, por exemplo: a saúde e a educação, o transporte aéreo e marítimo, o ensino superior e a investigação científica da Universidade dos Açores.

Temos desafios de **interesse estratégico**, por exemplo: o turismo, a agropecuária e as pescas, o ambiente e a energia.

Temos desafios de **interesse partilhado**, por exemplo: o mar, o espaço, a segurança, a justiça, a defesa.

Não há assuntos só da Região ou assuntos só do Estado quando o que interessa é o desenvolvimento dos Açores. A Autonomia tem sempre uma palavra a dizer. A opção tem de ser a da corresponsabilização.

O Estado pode e deve cumprir as obrigações de soberania em cooperação com a Região. Do mesmo modo que a Região pode e deve cumprir o interesse regional em cooperação com o poder local, com os parceiros sociais, com as pessoas.

A Autonomia de Responsabilização é também a autonomia das pessoas e do seu pensamento crítico.

Temos orgulho de ser açorianos, de corpo inteiro, de alma e coração. Onde quer que se cumpra a palavra Açores. Seja o mais pequeno lugar das ilhas, seja a maior comunidade da diáspora.

A Autonomia tem a dimensão, as oportunidades e as obrigações da própria Açorianidade. Interessa a todos e interessa-se por todos – açorianos de nascimento, de adoção e de migração.

Para a sua plena concretização, importa assegurar a devida **clarificação das competências regionais** que suscitam dúvidas constitucionais.

Designadamente, definindo na Constituição da República Portuguesa apenas o que é competência exclusiva da Soberania, sendo que em tudo o mais a Autonomia é que é competente.

De igual modo, importa promover o aperfeiçoamento da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, especialmente na regulamentação dos projetos de interesse comum.

Açores na UNIÃO EUROPEIA Afirmação

É preciso afirmar, cada vez mais, a Região na Europa. Isso passa também pela criação de um círculo eleitoral próprio para o Parlamento Europeu.

A Região Autónoma dos Açores participa no sistema internacional no quadro das competências que lhe são conferidas pela Constituição da República Portuguesa e pelo seu Estatuto Político-administrativo.

A ação externa da Região visa complementar a ação dos órgãos de soberania da República em matéria de política externa, e no respeito pelo artigo 7º da Constituição, de forma a garantir o cumprimento do programa político regional, aprovado pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Um dos principais objetivos da participação dos Açores no sistema internacional é assegurar a promoção do seu desenvolvimento económico, social e cultural e a participação nas políticas de sustentabilidade ambiental promovidas pelas organizações internacionais das quais Portugal faz parte.

Isto através da participação na determinação e condução da política externa portuguesa e da contratualização paradiplomática com entidades externas com as quais a Região identifique a vontade de promoção de um interesse comum.

A ação externa da Região deve ter um enquadramento holístico, face às características das relações internacionais na contemporaneidade, mas racionalizada por vetores principais.

Em primeiro lugar, **a participação dos Açores na União Europeia:**

- O acompanhamento do processo de decisão na União Europeia, através da **participação da Assembleia Legislativa** no âmbito do Protocolo Relativo à Aplicação dos Princípios da Subsidiariedade e da Proporcionalidade, anexo ao Tratado da União Europeia, e da **participação do Governo Regional** na formulação da posição de Portugal no âmbito do Conselho Europeu e do Conselho.
- A promoção das políticas da União Europeia no âmbito da ultraperiferia, com vista a **estabelecer um quadro de medidas específicas** destinadas, em especial, a estabelecer as condições de aplicação dos tratados face ao conjunto de constrangimentos de carácter estrutural que, em si, definem a ultraperiferia.
- A participação da Região como entidade destinatária da política de coesão económica, social e territorial da União Europeia, no sentido de **reduzir gradualmente o atraso estrutural no desenvolvimento da Região**, por comparação à média das regiões da União.
- A **criação de um círculo eleitoral próprio para o Parlamento Europeu**. As circunstâncias ditaram que, pela primeira vez desde a adesão de Portugal às Comunidades Europeias, os Açores não tenham um representante seu (cidadão residente) no Parlamento Europeu. A garantia dessa representação impõe a criação do círculo próprio pela Região.

Em segundo lugar, **o reforço da participação dos Açores nos órgãos de cooperação inter-regional** com vista a uma mais eficaz coordenação de posições das regiões que partilham interesses no âmbito das políticas da União Europeia e da ação das organizações internacionais das quais Portugal faz parte.

Em terceiro lugar, no âmbito do Conselho da Europa, uma participação ativa no Congresso dos Poderes Locais e Regionais da Europa no sentido de contribuir para a promoção e difusão dos valores políticos proclamados por aquela organização, nomeadamente em matéria de autonomia política, e retomando a proposta de adoção de uma **Carta Europeia de Autonomia Regional**.

Açores na DIMENSÃO ATLÂNTICA

Projeção

O espaço geoestratégico confere importância à Região e dimensão ao País. Os nossos interesses têm de ser defendidos e os nossos poderes têm de ser reforçados.

Temos vantagem geoestratégica.

Nos Açores, a geografia vale outro tanto como a história. Assim dizia Nemésio. E este valor tem determinado a evolução destas ilhas.

Se, no âmbito da União Europeia, os Açores estão objetivamente descentrados – ultraperiféricos –, em termos globais, a nossa perspetiva deve ser outra. O oceano Atlântico separa a norte dois continentes e os Açores apresentam-se como um ponto natural de união.

- **No plano económico**, ocupamos um espaço que deve ser promovido na vertente das acessibilidades e de exploração de produtos naturais ou de alto valor acrescentado que, pelas nossas características geográficas, são exclusivos.
A Europa e a América do Norte são os nossos mercados naturais, mas a natureza exclusiva dos nossos produtos exige um empenho promocional global.

- **No plano ambiental**, o oceano Atlântico protege os Açores. O povo “ilhéu” identifica o mar com uma familiaridade muito peculiar. O século XXI desafia a comunidade internacional a centrar as suas preocupações na sustentabilidade ambiental do planeta. E os oceanos são o espaço onde se travará a batalha decisiva pela salvação do planeta. Os Açores serão, nessa perspetiva, o centro dessa batalha.

A Região deve-se dotar dos instrumentos adequados a acompanhar a evolução deste processo, não só através dos meios jurídicos e logísticos internos, mas também através do diálogo político e técnico com os principais atores das ações que serão desenvolvidas, particularmente Estados, organizações internacionais inter-estatais e organizações não governamentais.

O espaço geoestratégico dos Açores, entendido sob os pontos de vista militar e civil – valorizando-se o lugar no mundo e o seu potencial para múltiplas atividades e não apenas para uso militar, como é comum quando estão em causas considerações sobre geoestratégia –, é um ativo que é explorado desde o povoamento português das ilhas, não apenas por Portugal, mas, e quase sempre, por potências estrangeiras que dominam o Atlântico. Por vezes Portugal entra nas negociações, procurando tirar os proveitos que for possível. Outras vezes as decisões de uso dos Açores são tomadas fora da esfera portuguesa, criando-se situações de facto que Lisboa não tem capacidade para reverter ou sequer questionar.

Posteriormente, a diplomacia procura constituir as mais-valias que conseguir.

Historicamente, os açorianos, além de não terem voz no processo, não são parte, ou são parte menor, nas mais-valias que resultam do seu espaço geoestratégico. Ideias independentistas (de união política à potência que domina o Atlântico, abandonando a ligação política a Lisboa) ou de autonomia não poucas vezes na História resultam da consciência desse afastamento açoriano dos benefícios do uso do seu território marítimo, terrestre e aéreo. Aliás, só com a Constituição de 1976 é que é reconhecido aos Açores o direito de participarem nas negociações dos acordos internacionais com incidência no seu território e nos benefícios resultantes desses acordos. Porém, o uso dessas prerrogativas parece limitado, na prática, a acordos militares, e nem a participação nem o acesso aos benefícios foram alguma vez regulados – o que limita o espaço de manobra dos Açores em qualquer negociação.

Sendo o problema institucional evidente, parece, porém, claro que a escassez de conhecimento açoriano sobre o seu próprio espaço geoestratégico é uma razão de peso que justifica o relativo insucesso regional na constituição de mais-valias perante negociações ou perante factos consumados. O que está em causa é perceber o que vale um determinado ativo e para quem. Se os Açores não forem capazes de perceber a cada momento os valores absoluto e relativo de um determinado ativo, dificilmente conseguirão participar ou induzir uma negociação com qualquer probabilidade de sucesso. Por exemplo, não são conhecidos quaisquer trabalhos açorianos que atribuam valores a iniciativas como o Air Centre, o Centro para a Defesa do Atlântico, o Porto Espacial de Santa Maria, a Estação para Medição de Radiação Atmosférica (ARM) da Graciosa, a FIR (*Flight Information Region*) de Santa Maria. Não sabemos tais iniciativas o que valem, quanto valem e para quem. Assim, dificilmente poderemos reclamar a nossa parte face a estruturas que baseiam a sua existência no nosso espaço geoestratégico. Quer isto dizer que somos incapazes de constituir valor para a Região face ao uso do nosso espaço por outros que certamente só utilizam serviços e lugares nossos porque daí retiram mais-valias.

Uma realidade em mudança em termos geoestratégicos e geopolíticos, de base militar e civil, como aquela que vivemos constitui um desafio enorme para uma Região Autónoma que tem no mundo uma localização privilegiada habitualmente transacionável como ativo. Não é previsível que no futuro esse ativo deixe de ser negociado ou simplesmente apropriado, como são vastos os exemplos no passado. O domínio do Atlântico, em termos militares e civis, em especial no que diz respeito ao acesso ao triângulo América do Norte-Europa-África, implica dominar o espaço geoestratégico dos Açores. Disso devemos ter consciência, competindo-nos retirar dessa inevitabilidade o maior rendimento possível. Para que isso aconteça:

- É indispensável lançar um vasto programa plural, multi-institucional, envolvendo instituições públicas, privados, associativas e investigadores individuais, de estudo do espaço geoestratégico dos Açores com profundidade histórica e com uma visão orientada para o pensamento prospetivo, assumindo-se que tal trabalho, pela sua natureza, exigirá um investimento com algum significado e não terá consequências imediatas;

- É essencial os Açores terem capacidade mínima, o mais rapidamente que for possível, para antecipar eventuais interesses militares e civis no seu espaço geoestratégico, procurando perceber a natureza dos interesses e o valor do uso, da negação ou da reserva para os eventuais interessados, habilitando-se, assim, a usufruírem de mais-valias que possam ser consideradas justas;
- É urgente regulamentar os preceitos constitucionais relativos aos chamados poderes externos da Região Autónoma, procurando clarificar a sua abrangência e encontrar um processo vantajoso de participar em negociações e uma repartição justa das contrapartidas ou mais-valias, quer sejam materiais, imateriais ou outras;
- É indispensável conferir corpo institucional e operacionalizar um conceito de “custo de oportunidade perdida” que compense os Açores face às limitações a estratégias de desenvolvimento que possam resultar do uso, da negação ou da reserva de espaço no nosso território para fins que interessem a políticas e dinâmicas das relações com outros estados que o Estado português considere pertinentes, estendendo-se este conceito à negação de relações;
- É essencial que qualquer acordo que envolva o espaço geoestratégico dos Açores contemple articulados claros, de execução imediata e com controlo/fiscalização local (com representantes da sociedade civil), relativamente a eventuais pegadas ambientais, que, a ocorrerem, deverão ser imediatamente resolvidas, através das melhores metodologias conhecidas no momento a nível mundial, ou pelo prevaricador ou pelo Estado português, caso aquele não cumpra os prazos a estipular no acordo ou não dê garantias de realizar um trabalho de qualidade.

DIÁSPORA AÇORIANA

Promover o apoio às comunidades açorianas espalhadas pelo mundo, no sentido de recuperar e reforçar os laços sociais, culturais e económicos dessas comunidades com a Região, e cooperar na garantia da plena integração dos Açorianos e seus descendentes nas comunidades onde residem, através do reconhecimento por parte dos países de acolhimento do exercício de todos os direitos políticos.

Temos muito orgulho do reconhecido sucesso dos nossos emigrantes e dos seus descendentes. Eles projetam e honram o bom nome dos Açores no mundo.

A valorização da diáspora açoriana passa pelo apoio reforçado às suas entidades representativas, desde logo, as próprias Casas dos Açores que nos afirmam em Portugal (Lisboa, Norte, Algarve e Madeira), no Brasil (Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), nos Estados Unidos da América (Califórnia e Nova Inglaterra), no Canadá (Quebeque, Ontário e Winnipeg), no Uruguai, na Bermuda.

Mas a diáspora açoriana já não se radica, tão somente, no continente americano. Ela começa a ganhar expressão europeia e temos de saber acompanhar também essas novas tendências.

Os Açores têm de estar onde estiver um açoriano.

A Região só fica completa com a sua décima ilha!

PODER LOCAL Cooperação

**Poder regional e poder local não são adversários.
São parceiros do desenvolvimento comum.
Devem cooperar, com respeito mútuo,
em benefício da mesma população que servem.**

O projeto regional que preconizamos e protagonizamos reconhece, respeita e valoriza a identidade e a capacidade de cada ilha, de cada concelho, de cada freguesia.

Apostar no poder local é ganhar coesão social e territorial para vencer as desigualdades e combater o despovoamento das nossas diferentes geografias. Poder regional e poder local devem ser autores e intérpretes de sinergias públicas.

Estão os dois comprometidos com as mesmas populações e é mais proveitoso - para ambos, para todos - um trabalho conjunto de interesse comum.

Acreditamos muito numa verdadeira cooperação técnica e financeira entre a administração regional autónoma e as nossas autarquias.

Descentralização através de cooperação e partilha dos meios financeiros de investimento, disponíveis no orçamento regional, para municípios e freguesias. Partilha baseada em critérios objetivos e equitativos, transparentes e escrutináveis, com previsibilidade e estabilidade no relacionamento financeiro do governo regional para com as câmaras e as juntas de freguesia. Um relacionamento que trate todos com igual respeito democrático.

O nosso genuíno empenho político na necessária e merecida valorização das autarquias locais ficará sinalizado, desde logo, na própria estrutura de governo, com a criação, sem precedentes, de **uma direção regional exclusivamente dedicada ao poder local e especialmente vocacionada para o apoio às freguesias.**

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA Eficiência

Temos de garantir um acesso mais fácil, mais rápido e mais seguro dos cidadãos e das empresas aos serviços públicos da administração regional e local.

A Administração Pública desempenha um importante papel na concretização do nosso Estado Social de Direito Democrático. Basta atentar nos importantes objetivos e funções que prossegue, por exemplo, nas áreas da educação, da saúde, da segurança social.

Numa região arquipelágica como os Açores, a **Administração Pública Regional e a Administração Pública Local** assumem importância acrescida pela dimensão e papel que têm na promoção do desenvolvimento, da solidariedade e da coesão económica e social entre as diferentes comunidades das nossas ilhas.

No final de 2019, a Administração Pública Regional tinha 18.928 trabalhadores, cerca de 19% da população ativa, assim distribuídos: 8.106 na educação e cultura, 3.800 no setor público empresarial regional, 1.989 na saúde, 1.891 na agricultura e florestas, 994 nos transportes e obras públicas.

Por seu turno, a Administração Local dos Açores, que abrange 19 câmaras municipais e 155 juntas de freguesia, contava 3.034 trabalhadores.

Assim, importa adotar medidas políticas que garantam a racionalização, motivação, modernização e adequação da nossa Administração Pública às reais necessidades coletivas sentidas pela sociedade açoriana do século XXI. E, ao mesmo tempo, que assegurem os princípios da competência, igualdade, transparência, participação, eficácia e eficiência na organização e funcionamento dos seus órgãos e serviços.

Por isso e para isso, propomo-nos concretizar, entre outros, os seguintes objetivos:

- adotar e aprofundar medidas de simplificação e modernização de meios e procedimentos administrativos que, com recurso às novas tecnologias, permitam um **fácil, rápido e seguro acesso dos cidadãos aos serviços públicos**, aperfeiçoando serviços como BEPA, RIAC ou Portal do Cidadão
- promover a **avaliação permanente, pelos utentes**, da qualidade dos serviços públicos, para tomar medidas tendentes à melhoria dos serviços prestados junto dos cidadãos e das empresas
- **simplificar e adequar a estrutura orgânica** da Administração Pública Regional (APR), racionalizando órgãos e serviços redundantes
- **adotar o princípio da competência** no recrutamento e seleção dos dirigentes, de forma a garantir um quadro de dirigentes superiores técnica e profissionalmente competentes
- monitorizar as necessidades de recursos humanos por parte da APR para concursos anuais de recrutamento e seleção dos **trabalhadores públicos essenciais** ao seu bom funcionamento
- implementar programas de **formação e qualificação profissional** dos funcionários públicos regionais e locais, com destaque para a aprendizagem eletrónica e novas tecnologias da informação e comunicação, que se traduzam na melhoria das suas competências e da capacidade de resposta dos serviços públicos aos cidadãos, mas também na ascensão e valorização efetiva das suas carreiras

- alargar a aplicação do teletrabalho, ou de outras formas de agilização do horário do trabalho do trabalhador, nas áreas funcionais em que seja adequado, sempre com comum acordo do trabalhador e do empregador público, para melhor **conciliar a vida profissional com a vida pessoal e familiar** do trabalhador
- revitalizar e operacionalizar o Conselho Consultivo da Administração Pública, que não reúne há mais de duas décadas, como forma de fomentar a audição e participação dos sindicatos do setor na consensualização das principais medidas de reforma e modernização da Administração Pública, nomeadamente no que toca à **atualização anual da remuneração complementar dos trabalhadores em funções públicas**
- dignificar e motivar trabalhadores públicos integrados em serviços e/ou carreiras essenciais, procedendo a um levantamento dos setores e funções suscetíveis de **discriminação remuneratória positiva** em sede do Conselho Consultivo da Administração Pública

Afinal, é sempre preciso modernizar a Administração Pública.

Um grande projeto modernizador exige a liderança de um governo reformista, verdadeiramente empenhado na reforma inadiável do setor público regional.

A qualidade da organização e da gestão da administração pública é determinante para a qualidade e eficiência de todo o sistema económico e social.

A **administração pública deve ser comedida nos gastos e centrada na prestação de serviços aos cidadãos**, de acordo com elevados níveis de qualidade, mas também com a riqueza produzida, constituindo sempre um fator de eficácia, produtividade e melhoria da competitividade da economia regional.

A bem da confiança da Administração Pública é essencial que se assumam o que são cargos de confiança política e cargos de caráter técnico.

O recrutamento e progressão na carreira para quem ocupa cargos administrativos devem assentar em critérios objetivos de qualificação e de mérito.

Só uma Administração Pública cada vez mais profissional e afastada dos interesses partidários garantirá um quadro estável de progresso e de combate ao clientelismo político.

Esta administração deve zelar pelo interesse público de forma competente e isenta. **Tratar os cidadãos sem discriminações.**

Já os cargos de eleição ou de confiança política serão escolhidos e escrutinados pelos cidadãos e avaliados em eleições. Duram enquanto decorre o mandato.

É esta separação de águas que permitirá restabelecer a confiança e aumentar a eficiência da administração pública regional.

SETOR PÚBLICO EMPRESARIAL Eficácia

**Queremos uma SATA pública, recuperada,
ao serviço dos açorianos. Com a Tarifa Açores,
os residentes pagarão um máximo
de 60 euros entre as ilhas.**

Outra exigência transversal que o futuro nos pede, sem adiamento, está no rigor financeiro das contas públicas, responsabilidade de solidariedade intergeracional do político e gestor público.

O passivo do sector público empresarial regional tem crescido a cada ano e põe em causa, de forma perigosa, o equilíbrio das finanças públicas açorianas.

Só em juros anuais pagamos várias dezenas de milhões euros no âmbito do Setor Público Empresarial da Região Autónoma dos Açores.

Urge reavaliar e reduzir o SPER.

Importa aprofundar a reforma do Setor Público Empresarial, designadamente, com a extinção das empresas Azorina e Ilhas de Valor e com a transformação do IROA em Instituto Público.

Entre os outros casos preocupantes, está o exemplo do grupo SATA e o futuro do seu indeclinável serviço público, que estão em risco, com perigosos danos de reputação, que põem em causa os Açores, como destino turístico, e desconsideram de forma inaceitável os nossos emigrantes.

A SATA é de superior interesse regional. O compromisso tem de ser o de promover a sua solvência e manter a empresa no setor público empresarial regional, financeiramente resgatada e com gestão profissionalizada.

Em 2020 termina a atual concessão do serviço público de transporte inter-ilhas.

As novas obrigações de serviço público têm de alavancar a mobilidade entre as ilhas. Por isso não podem ignorar as alterações da procura que se verificaram nos últimos anos e têm de acomodar uma redução de tarifas.

Ninguém compreende que possa ser mais barato viajar para Lisboa do que para outra ilha dos Açores.

Temos um projeto reformador: a criação de uma tarifa única para residentes nas ligações aéreas inter-ilhas.

Temos uma oportunidade adequada: a revisão das obrigações de serviço público do transporte aéreo inter-ilhas.

Com a “Tarifa Açores”, os açorianos pagarão um preço máximo de 60 euros para andar de avião entre as ilhas da Região.

II. PESSOAS PRIMEIRO

QUALIFICAÇÃO Exigência & Excelência

Queremos uma Educação com inclusão, com exigência, com inovação. Apostamos no “coaching educativo” para estimular o potencial de cada aluno. A Universidade é a nossa “menina dos olhos”.

A Educação tem a importância mais estruturante para a melhoria das sociedades e das economias.

É com a Educação que se realiza a mobilidade social ascendente.

É pela Educação que se aumenta a produtividade para melhorar o sistema. Ninguém compreende que tenhamos o maior investimento e, ao mesmo tempo, os piores resultados.

Ninguém se conforma com os piores lugares nacionais do insucesso escolar e do abandono escolar precoce.

As taxas de insucesso, de abandono escolar e de escolarização nos Açores colocam-nos na cauda do País e da Europa. Não obstante a evolução positiva nos últimos 10 anos que decorreu em todo o território nacional, verifica-se que a Região mantém rácios bem mais negativos do que no resto do País, não tendo recuperado a sua posição relativa no quadro comparativo nacional.

Os fracos índices na Educação regional encontram-se associados a elevados índices de pobreza e de exclusão social e estão muito aquém dos objetivos definidos na Estratégia Europa 2020, o que coloca em causa a nossa

capacidade concorrencial num mundo cada vez mais marcado pela rapidez com que se implementam procedimentos inovadores associados à investigação científica e ao desenvolvimento da tecnologia.

O futuro dos Açores, no que concerne ao seu desenvolvimento económico e social, exige cada vez mais uma grande proficiência da população.

Seremos tanto mais concorrenciais quanto mais massificada e competente for essa proficiência.

É preciso mudar!

A alteração tem de ser substancial e não orientada para rácios estatísticos, com sucessivos experimentalismos curriculares e programas de combate ao insucesso, avulsos e desprovidos de mecanismos de avaliação na ação.

Impõe-se um trabalho de fundo e um significativo investimento na Educação num projeto para a década, que coloque os Açores na senda da agenda 2030 de desenvolvimento sustentável da ONU, prosseguindo uma educação de qualidade, por forma a “assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”.

O projeto do PSD/Açores consiste numa Educação assente nos princípios da inovação, da exigência e da inclusão.

EDUCAÇÃO PARA A INCLUSÃO

A inclusão numa Educação de Qualidade resulta de um acompanhamento individualizado desde as mais tenras idades, garantindo a cada aluno a diferenciação de respostas educativas que permita a todos uma igualdade de oportunidades. Propugnamos que um tal acompanhamento seja aplicável a cada aluno e não apenas aos que manifestam insucesso escolar, numa clara alteração de paradigma, visando **estimular o potencial de cada um**, com ambição.

Neste âmbito, cada aluno deve ser orientado para explorar e desenvolver ao máximo as suas competências, num modelo de *coaching* educativo (ou treino educativo), adequado a cada caso, com os necessários *feedback* e orientação, integrando e responsabilizando o aluno e o seu encarregado de educação como agentes ativos num processo de construção na ação.

Em paralelo, é fundamental que se ultrapasse a visão instrumental da educação, estimulando o estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento de uma educação não formal e informal, atendendo em especial aos novos padrões de motivação das crianças e jovens.

Neste âmbito, urge **alargar a escola a outras dinâmicas educacionais**, em modo de complementaridade com o curricular, respondendo ao problema social que decorre dos prolongados horários de trabalho das famílias.

Importa, ainda, em articulação com os parceiros sociais, reconhecer e valorizar competências-tipo desenvolvidas em contextos extra-escolares de aprendizagem.

EDUCAÇÃO COM EXIGÊNCIA

Para que a Educação se constitua como promotora de efetivo desenvolvimento tem de orientar-se, desde as mais tenras idades e em todos os seus procedimentos, pela construção do sucesso e valorização da excelência, em especial dado o elevado grau de especialização requerido à escala global. A qualidade das aprendizagens não está dependente do reforço da carga curricular, mas sim da qualidade e da diversidade das respostas educativas, não podendo ser descurada a responsabilidade dos alunos e dos seus encarregados de educação para a prossecução do sucesso.

Requer-se uma pluralidade de competências-base no domínio artístico, motor e científico-humanístico, evoluindo para níveis de especialização que acompanhem o desenvolvimento de cada aluno. No que concerne em especial ao **ensino artístico**, verifica-se que os conservatórios regionais existentes constituem os meios adequados para as aprendizagens especializadas nesta modalidade, dada a sua complexidade, devendo ser valorizadas diversas áreas de expressão artística nas instituições existentes, nomeadamente no ensino da música, dança, pintura e desenho e teatro.

Importa alocar eficazmente os recursos humanos, nomeadamente os docentes e assistentes técnicos ou operacionais, no respeito pelo seu conteúdo funcional, promovendo a sua estabilidade profissional e dignificando a sua carreira. No que concerne aos **docentes**, em especial, defendemos um modelo de ação desburocratizada, mormente ao nível da Direção de Turma e dos trabalhos enquanto Professor Titular de Turma, privilegiando a intervenção com os alunos e garantindo tempo para o

trabalho colaborativo e de investigação. A sua formação deve pautar-se pelo rigor e pertinência para as respetivas áreas de especialização, nomeadamente ao nível das áreas científico-didáticas e das novas tecnologias, proporcionando continuamente novas ferramentas para que os professores e educadores adequem as suas estratégias na sala de aula aos desenvolvimentos da ciência, da tecnologia e da comunicação. Este desiderato deve ser potenciado por um investimento orientado para parcerias no âmbito da formação inicial e contínua, privilegiando-se a relação com a Universidade dos Açores.

Torna-se, também, fundamental que se invista no ensino e na **formação profissional**, que não pode constituir-se como o refugio dos alunos que não obtenham sucesso no regime educativo regular. As áreas de ensino e de formação profissional devem obedecer a uma estratégia regional de excelência na formação e no emprego, com auscultação do Conselho Económico e Social, evitando que se repliquem desnecessariamente cursos que possam vir a saturar o mercado de trabalho e que haja uma orientação para as carências no mundo do trabalho. Paralelamente, é fundamental que se dote o ensino e a formação profissional na Região de elevada competência técnica, o que apenas é possível com recurso a formadores altamente especializados, a escolas de formação estruturalmente adequadas e devidamente equipadas para os cursos que ministram e a parcerias com empresas ou empresários a título individual que contribuam para a formação na ação, em contexto de trabalho.

Concomitantemente, é necessário que se implemente paulatinamente o **ensino dual** nas escolas da Região, em moldes que salvaguardem a sua transição a qualquer altura para qualquer uma das restantes vias de ensino, caso seja essa a sua opção, bem como o acesso ao ensino superior. Esta dinâmica deve desenrolar-se sob o acompanhamento dos parceiros sociais e proporcionar uma efetiva formação em contexto de trabalho, prevenindo a exploração de mão-de-obra barata e contribuindo para a promoção do sucesso escolar, bem como para a constituição de uma força de trabalho altamente especializada, estimulada para a importância da formação ao longo da vida.

Propomos, igualmente, o reforço da **autonomia de gestão** e administração escolar, de forma a diversificar a oferta formativa dos estabelecimentos de ensino, numa lógica de sã competitividade, potenciando os mecanismos de liberdade de escolha no sistema público orientados para o sucesso educativo.

EDUCAÇÃO PARA A INOVAÇÃO

Assistimos a uma dicotomia na Educação. Se, por um lado, face à inovação vertiginosa e profundamente técnica se requer um elevado nível de especialização, de domínio e de aplicação de conhecimentos, em que as competências digitais e técnicas vão ser muito importantes para os empregos de futuro, por outro exige-se aos alunos que detenham competências sociais e de comunicação, que lhes permitam enfrentar os desafios da globalização, em especial o pensamento crítico, criatividade colaborativa e escuta ativa.

Assim, torna-se fundamental dotar as escolas, os alunos e os docentes de recursos que permitam a **utilização massiva das novas tecnologias**, de forma a proporcionar novos ambientes de aprendizagem. Defendemos, igualmente, a existência de uma área específica de lecionação no âmbito das tecnologias de informação e comunicação, ao longo de toda a escolaridade obrigatória, não somente sob o ponto de vista do utilizador, mas numa incursão na construção de aplicações informáticas e nas linguagens de programação, bem como na seleção da informação, que constituem conhecimentos básicos nos tempos atuais. Em paralelo, e face às exigências de comunicação e operacionalização num mundo global, é importante que se estimule a aprendizagem de múltiplas línguas estrangeiras, favorecendo regimes de ensino em idades precoces, de forma a que esta incursão seja natural e, portanto, mais sedimentada.

Ao nível da gestão administrativa, importa reforçar mecanismos de gestão e de comunicação inteligente, evoluindo para uma **maior desburocratização e agilização de procedimentos**, que garantam maior eficácia na alocação dos recursos humanos e materiais.

Colocam-se, assim, desafios novos e mais abrangentes no que concerne à definição, implementação, adequação e avaliação das políticas educativas, os quais se encontram em constante mutação. Justifica-se, neste contexto, a **criação de um Conselho Regional da Educação e de um Conselho de Escolas**, passando a distinguir a coordenação do sistema educativo da sua avaliação e reformulação estratégica.

O Conselho Regional da Educação deverá ser um órgão independente com funções consultivas, de elevada competência técnica, com representação plural das várias forças científicas, sociais, culturais e económicas açorianas, que permita de forma democrática e especializada desenvolver uma

estratégia educativa nos Açores, pautada por mecanismos de avaliação transparentes e eficazes e adequada a um mundo em permanente mudança.

O Conselho de Escolas será, por excelência, o órgão de coordenação da administração educativa regional, com poderes vinculativos no âmbito do reforço da autonomia das escolas.

Para plena concretização do nosso projeto de Educação com exigência para a inclusão e para a inovação, propomos, entre outras, as seguintes medidas:

- Criar um modelo de **coaching educativo**, desde o 1º ano de escolaridade, que potencie o sucesso de cada aluno, integrando as famílias no processo educativo dos seus educandos
- Reforçar as **equipas multidisciplinares**, nomeadamente nas respostas de tutoria, psicologia e de ação social
- Investir no apoio e acompanhamento especializado dos **docentes de alunos de ensino especial**, em parceria com os seus pares desta modalidade de ensino, por forma a garantir respostas educativas eficazmente direcionadas à situação particular de cada um destes alunos
- Diversificar a oferta nas áreas de **ensino artístico especializado**, nomeadamente a música, dança, pintura e desenho e teatro
- Reforçar a **autonomia das escolas**, mormente ao nível dos seus contratos de autonomia e de gestão financeira, com vista ao desenvolvimento de lógicas de comparação e liberdade de escolha no sistema público
- Incentivar o estabelecimento de **parcerias com os municípios e associações** culturais, desportivas e juvenis para a oferta de mecanismos de educação não formal e informal
- Apostar na validação das **competências não formais e informais**, ao nível das instituições e associações culturais, desportivas ou juvenis
- Rever as **atribuições docentes e dos assistentes técnicos e operacionais**, no respeito pelo seu conteúdo funcional, desburocratizando a ação docente, em especial ao nível da Direção e da Titularidade de Turma
- Investir na formação nas **áreas científico-didáticas** dos docentes

- Investir na formação no domínio das **novas tecnologias** do pessoal docente e não docente
- Definir, em articulação com o Conselho Económico e Social, uma **estratégia de formação profissional**
- Criação de um **Observatório independente da Formação e da Qualificação Profissional**
- Investir na **formação técnica**, garantindo elevados níveis de especialização, no que concerne ao ensino e à formação profissional
- Implementar opções de **ensino dual** que permitam a transição para qualquer outra modalidade de ensino
- Dotar as escolas, os professores e os alunos de equipamento informático que permita o recurso sistematizado a **manuals e aplicações digitais**
- Introduzir o **ensino de tecnologias de informação e comunicação** desde o 1º ano de escolaridade
- Garantir a oferta de uma **segunda língua estrangeira** como complemento escolar, de frequência facultativa, no 1º CEB e como oferta curricular de escola no 2º CEB
- Implementar nas escolas profissionais cursos de requalificação profissional e de **formação contínua de trabalhadores e empresários**
- Apostar em mecanismos de gestão e de **comunicação inteligente e desburocratizada**, potenciando a eficácia de procedimentos nos estabelecimentos de ensino
- Criar um **Conselho Regional da Educação**, independente da administração educativa, e um **Conselho de Escolas**, em substituição do atual Conselho Coordenador do Sistema Educativo Regional, distinguindo as funções de gestão e de avaliação e condução estratégica do sistema educativo regional

A **UNIVERSIDADE DOS AÇORES** é a “aula magna” da nossa Educação, da nossa Formação, da nossa Cultura.

Tem interesse regional, importância nacional, projeção internacional.

É, por vocação e por missão, um Projeto de Interesse Comum.

Ao Estado, todo o suporte para a sua existência.

À Região, participação nos sobrecustos da sua tripolaridade.

A nossa Universidade é razão para convocar um esforço conjugado de todos os poderes.

Precisa e merece uma aposta estratégica na investigação útil para o nosso desenvolvimento, para o nosso rendimento, para a nossa Ciência.

A Universidade não é despesa. É investimento.

SAÚDE Proximidade & Celeridade

Apostamos na promoção da saúde e na otimização dos serviços. Teremos uma Entidade Gestora do Doente em Espera. As dependências são um problema sério. Os seu combate tem de ser levado a sério.

Na Saúde, como na Educação, todos os açorianos têm direito a um serviço público melhor. Independentemente da sua condição social ou da sua situação geográfica.

Queremos uma saúde de qualidade e de proximidade.

Queremos uma saúde igualitária no acesso, humanizada nas práticas, eficiente na gestão.

Para termos nos Açores uma verdadeira coesão social e territorial, temos de dar o salto qualitativo na prestação dos cuidados de saúde.

Em quatro décadas de Autonomia política, melhorámos, naturalmente, em muitos indicadores.

Mas continuamos a ter uma esperança de vida inferior à dos restantes portugueses e a acentuar as desigualdades de acesso a cuidados de saúde entre açorianos que vivem em ilhas com ou sem hospital.

Temos mais de 12.000 açorianos em listas de espera cirúrgicas.

Ao longo dos anos, a nossa Região tem vivido com constrangimentos especialmente baseados em:

- Insuficiência de recursos humanos, particularmente na área médica e de enfermagem. Se a componente de enfermagem sofreu um reforço significativo dos seus recursos, a componente médica está ainda deficitária. A cobertura integral da população por Médico de Família – embora com progressos – ainda não é uma realidade, para além de que os Hospitais da Região vivem com carências em algumas áreas, de que a Anestesiologia é o paradigma;
- Financiamento por parte da tutela que tem ficado longe das reais necessidades de cada uma das unidades de saúde – sejam as Unidades de Saúde de Ilha, que congregam os diferentes Centros de Saúde, sejam, sobretudo, os três Hospitais da Região;
- Deficiente organização e articulação entre diferentes níveis de prestação de cuidados;
- Sistemas de informação desarticulados que impossibilitam uma adequada gestão clínica com a consequente poupança de recursos financeiros.

Uma política de Saúde da Região tem que **privilegiar a promoção da saúde e a prevenção da doença** conscientes de que, assim, estaremos a poupar recursos que são gastos no tratamento de doenças, muitas delas que conduzem à incapacidade, à aposentação antecipada e, por via disso, à diminuição da produtividade. Para isso, torna-se importante uma aposta clara nos **Cuidados Primários de Saúde**:

- Assegurando uma cobertura integral da população;
- Instituinto a meritocracia, tratando de forma diferente quem de forma diferente trabalha: a cultura dos resultados em saúde;
- Melhorando as condições de trabalho e fomentando o trabalho em equipa – médico, enfermeiro, técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, pessoal administrativo e assistentes operacionais;
- Melhorando os estímulos à fixação de profissionais, particularmente em ilhas sem hospital, ultrapassando os estímulos financeiros e juntando-lhes o apoio à sua própria formação;

- Valorizar a função do “Centro de Saúde”, também como forma de prestação descentralizada dos Cuidados de Saúde e de assegurar uma proximidade mais ampla na prestação de Cuidados às populações, combatendo as políticas “hospitalocêntricas” e contribuindo para a fixação das populações nas suas áreas geográficas: o que puder ser prestado às populações nos Centros de Saúde, deve-o o ser feito.

No âmbito dos **Cuidados hospitalares**, propomos:

- Planeamento, a uma década, em termos de recursos humanos para os três hospitais da Região;
- Estabelecimento de circuitos de prestação de cuidados, assegurando a complementaridade entre as três unidades hospitalares, estimulando a diferenciação e a investigação clínica;
- Estabelecimento de uma carta de equipamentos hospitalares na prossecução da definição do seu uso e complementaridade;
- Financiamento adequado em função da produtividade e diferenciação dos atos médicos praticados (Grupos Homogêneos de Doença).

No âmbito da **acessibilidade e proximidade**, devem ser promovidas todas as medidas que conduzam a uma atempada prestação de cuidados de saúde a todos os açorianos, nomeadamente:

- Promover, de forma planeada, a deslocação de profissionais de saúde, nomeadamente médicos, às diferentes ilhas, em especial, às ilhas sem hospital;
- Facultar a livre escolha, por parte do utente, do hospital onde pretende ser tratado, pressupondo a existência de uma plataforma informática (que a legislação prevê, mas não se cumpre) onde sejam disponibilizados, e atualizados mensalmente, os tempos de espera previstos para primeiras consultas, exames complementares de diagnóstico e cirurgias;
- Assegurar a todos os açorianos o cumprimento dos Tempos Máximos de Resposta Garantidos (TMRG), quer para Consultas, realização de exames complementares de diagnóstico e cirurgias, através da maximização da capacidade de resposta das unidades hospitalares,

que, quando esgotada, deve dar lugar ao estabelecimento de convenções com entidades regionais e/ou nacionais, de modo a que o TMRG seja cumprido;

- Criar a Entidade Gestora do Doente em Espera, como forma de garantir o cumprimento do TMRG;
- Institucionalizar a Telemedicina, de forma coordenada, proporcionando, sempre que possível, a teleconsulta, e assim evitando a deslocação de doentes.

No âmbito da **Organização do Serviço Regional de Saúde** (SRS), importa:

- Reavaliar a organização do SRS, no sentido de conferir maior proximidade no processo de decisão e de prestação de cuidados;
- Suprimir o subfinanciamento crónico do SRS, dotando as Unidades Hospitalares e as Unidades de Saúde de Ilha dos meios financeiros que correspondam ao custo real da sua produção, assegurando a qualidade da sua prestação e o pagamento atempado aos seus fornecedores;
- Desenvolver um plano estratégico, plurianual, que contemple, de forma integrada, os objetivos a atingir pelas diferentes Unidades de Saúde, com o objetivo de potenciar ganhos e reduzir ineficiências;
- Estabelecer uma política de “benchmarking” como instrumento de gestão e de implementação de uma cultura de meritocracia, recompensando a produção, a diferenciação e o mérito;
- Incrementar o esforço de certificação de qualidade das Unidades de Saúde, na defesa do princípio da prestação de cuidados de saúde de qualidade e como princípio básico à prossecução de uma política de Turismo de Saúde;
- Estabelecer um Plano Regional de Saúde com programas que tenham em conta a prevalência das principais patologias na Região, dotado de um coordenador que monitorize a aplicação das suas medidas, em função dos objetivos e metas definidas;
- Desenvolvimento de um Sistema de Informação que possibilite a conexão entre as diferentes Unidades de Saúde da Região;

- Individualizar as redes de Cuidados Continuados e Paliativos;
- Adaptar o número de camas dos cuidados continuados, em articulação com o setor social, reforçando o apoio ao domicílio;
- Reforçar os Hospitais da Horta e da Terceira com unidades de internamento de cuidados paliativos;
- Promover uma rede comunitária de suporte em cuidados paliativos, envolvendo todas as ilhas.

Especificamente no âmbito da **Geriatría**, as características demográficas dos Açores, com uma população envelhecida, sobretudo em algumas ilhas, obrigam a assumir medidas intersectoriais que abranjam a nossa população geriátrica, pelo que propormos:

- o desenvolvimento de Unidades de Geriatria em todos os Hospitais da Região, em articulação com os Centros de Saúde, onde se promoverão Consultas de Geriatria;
- a criação de um Conselho Consultivo Regional, intersectorial, para articulação entre as diferentes componentes da política do idoso, para que, de forma complementar, sejam assumidas políticas de apoio à população geriátrica.

Ainda em matéria de Saúde, a Região Autónoma dos Açores precisa urgentemente de uma verdadeira **ESTRATÉGIA REGIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DEPENDÊNCIAS**, que promova uma abordagem articulada e eficaz para enfrentar este flagelo social, que é complexo.

O combate ao tráfico e consumo de estupefacientes, e às dependências em geral, é uma guerra sem fim, mas à qual não podemos fugir. É uma luta difícil, que é travada diariamente por polícias, magistrados, profissionais de saúde e de ação social, professores e, acima de tudo, por muitas famílias que não podem ser abandonadas à sua sorte.

A complexidade do fenómeno exige uma intervenção multifatorial, consubstanciada em 5 dimensões: Prevenção, Dissuasão, Redução de riscos e minimização de danos, Tratamento, Reinserção.

A estratégia a implementar deve considerar, designadamente:

- Uma nova atitude por parte do governo regional, que, para além de ter que assegurar, de forma efetiva, os recursos necessários aos seus organismos com intervenção na matéria, tem que exercer também um papel ativo no acompanhamento da evolução do fenómeno e no alerta para a congregação de esforços junto dos órgãos responsáveis pelo combate ao tráfico.
- A melhoria do funcionamento das Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência, alargando a sua implementação a todas as ilhas e dotando-as dos recursos humanos, materiais e financeiros necessários ao cabal cumprimento das suas atribuições legais;
- O alargamento das consultas na área das dependências a todas as ilhas e o aperfeiçoamento dos procedimentos de sinalização e encaminhamento de dependentes para as instituições competentes para o tratamento;
- O reforço do apoio às famílias, nomeadamente aos pais e mães dos toxicodependentes, que precisam de informação, de apoio psicológico, de acompanhamento próximo e de ajuda a todos os níveis;
- O investimento consolidado na intervenção nas Escolas, pois o ambiente escolar constitui um fator de risco como incentivo ao consumo;
- A monitorização permanente da evolução do fenómeno por parte de um órgão – Observatório das Dependências dos Açores – que proporcione informação sistematizada para apoio à decisão em matéria de políticas públicas de prevenção e combate às dependências na Região.

Em síntese, a Estratégia Regional de Prevenção e Combate às Dependências na Região Autónoma dos Açores deve assentar numa forte liderança do governo, que convoque os esforços de todos os intervenientes e promova uma abordagem articulada e eficaz para enfrentar este flagelo social, contemplando o combate rigoroso ao tráfico de estupefacientes por parte dos órgãos competentes e a intervenção mais direta das entidades regionais nas dimensões da prevenção, dissuasão, redução de riscos e minimização de danos, tratamento e reinserção.

JUVENTUDE

Fixar & Motivar

A juventude é o nosso melhor trunfo para vencer os desafios da demografia. É preciso criar condições para a sua fixação e dar razões para a sua motivação.

A juventude açoriana precisa de uma verdadeira estratégia de desenvolvimento.

É necessário evidenciar as fragilidades para que possam ser identificadas as potencialidades que serão a chave na mudança.

Impõe-se um verdadeiro estudo, abrangente e aprofundado, sobre as realidades e as perspetivas dos nossos jovens. Em cada uma das nossas ilhas.

Da educação ao emprego, das acessibilidades aos movimentos de fixação nas ilhas e concelhos com menos população, dos apoios na criação de emprego próprio aos estímulos para arriscar uma ideia de negócio, passando pelo acesso universal ao sistema de saúde, pelo sentimento de segurança e proteção social desde a infância até à velhice.

As políticas de juventude devem ser globais e integrar todo um projeto de vida. Mas devem passar, primeiro, por um momento de auscultação. Sem filtros.

Sem prejuízo do estudo estratégico da juventude açoriana que um governo PSD desde logo concretizará para a década 2020-2030, é já possível identificar e propor opções estruturantes a título meramente exemplificativo, acrescentando a tantas outras devidamente enquadradas nos seus próprios setores:

- **Combater o despovoamento e o envelhecimento demográfico**, com a participação da sociedade civil e das autarquias locais, abordando a realidade específica de cada ilha e propondo medidas concretas e adequadas à fixação dos jovens nas respetivas ilhas;
- Melhorar os benefícios para que as empresas apostem na **contratação dos jovens estagiários**, tornando o estágio uma verdadeira porta de entrada no mercado de trabalho e não uma mera experiência temporária e insegura;
- Criar um **gabinete de apoio ao estudante**, em cada escola secundária, para auxiliar os alunos residentes e/ou deslocados, estando disponível para acompanhar a integração dos alunos nas escolas de ensino público, privado, profissional ou superior;
- Promover uma política de incentivo aos jovens que frequentam o **ensino superior no exterior da Região** e que sintam vontade de a ela regressar;
- Adequar a forma de cálculo dos descontos para a **segurança social dos jovens agricultores**, de acordo com a sua condição específica de empresários em início de atividade agrícola.

EMPREGO Mais & Melhor

Facilitar a colocação dos jovens, valorizar a formação profissional, aumentar o salário mínimo regional, é preciso, é possível, é urgente. O Emprego consolida a família e estrutura a sociedade.

Com Emprego, estabilizamos as famílias e desenvolvemos os territórios.
A taxa de desemprego jovem é de 24%.

Não estamos conseguindo fixar a juventude, sobretudo nas ilhas mais pequenas.

Nos últimos cinco anos, os Açores perderam 4.500 habitantes.

O emprego público não é suficiente.

A economia privada tem de produzir mais emprego.

Temos de juntar os esforços do governo, das autarquias, das empresas, das escolas profissionais, para vencermos o desafio da formação e da empregabilidade.

A economia açoriana só tem a ganhar com a cooperação técnico-financeira entre os poderes regional e local, com o reforço da capacidade de investimento autárquico, com o estímulo ao autoemprego.

A economia açoriana só tem a ganhar com a baixa de impostos, como o IVA e o IRC, para os níveis existentes antes da imposição da Troika.

Um euro na mão dos açorianos é mais útil do que no bolso dos governos. As PME's asseguram cerca de 70% do emprego existente nos Açores, mas só receberam pouco mais de 20% dos fundos financeiros do atual Quadro Comunitário de Apoio. É preciso e é justo equilibrar essa relação em benefício dos privados.

O emprego é fundamental para a realização pessoal e para a construção social.

O crescimento económico deve estar ao serviço do desenvolvimento social e ambos convergirem para a criação de emprego.

O emprego dignifica e estabiliza a vida pessoal e familiar. O desemprego fragiliza a pessoa, desorganiza a família, enfraquece a comunidade.

Esta será uma preocupação estruturante das políticas sociais e económicas da governação regional.

Antes de mais, urge atenuar o processo de destruição de emprego potencial decorrente da crise económica e social da pandemia de Covid-19.

A partir daqui, importa promover a “criação de emprego” sustentável. As empresas têm de ser o motor de criação de emprego nos Açores.

Os fundos comunitários e o investimento privado são essenciais ao emprego.

São necessárias propostas concretas, consistentes e consequentes, para ampliar e aperfeiçoar as respostas necessárias no Trabalho, no Emprego, na Formação Profissional, no âmbito das Iniciativas Locais de Emprego ou da Reabilitação Profissional, sem esquecer, em especial, a Função Pública.

TRABALHO

- Avaliar a evolução da produtividade do trabalho, de modo a determinar as condições de evolução do **acréscimo regional ao salário mínimo**
- Dinamizar a **contratação coletiva**
- Realizar campanhas em cada uma das ilhas dos Açores, de promoção e prevenção de **Segurança e Saúde no Trabalho** e de combate à sinistralidade laboral

EMPREGO

- Intensificar o desenvolvimento de políticas ativas de emprego, orientadas para públicos vulneráveis, nomeadamente os **desempregados de longa duração** e os jovens
- Instituir medidas de apoio à contratação, exclusivamente orientada para a integração profissional de **beneficiários de proteção no desemprego**
- Introduzir uma discriminação positiva na promoção do emprego dos jovens e desempregados de longa duração, na dispensa de contribuições à segurança social, pelo período máximo de 36 meses, relativamente às entidades empregadoras que contratem sem termo, **jovens com idade inferior a 30 anos** que, à data da contratação, nunca tenham tido um contrato de trabalho sem termo ou desempregados de longa duração
- Limitar o número de desempregados acolhidos por entidades promotoras de **programas de ocupação temporária**

INICIATIVAS LOCAIS DE EMPREGO

- Continuar a promover a inserção no mercado de trabalho de trabalhadores beneficiários de **prestações de apoio ao desemprego**
- Instituir uma intervenção orientada para o combate ao desemprego de longa duração, promovendo o emprego, a atualização de competências e a ativação do trajeto de retorno à vida ativa, através de um sistema de acompanhamento dos Desempregados de Longa Duração que inclua a definição de um **Plano Pessoal de Emprego**
- Criar oferta formativa específica com **sistemas de microcrédito**, enquanto medida promotora do autoemprego, acompanhado por tutoria técnica, viabilizando projetos de empreendedorismo especialmente importantes como resposta a desempregados com idade superior a 50 anos

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- Maximizar, nas atividades de emprego e formação profissional, as oportunidades de desenvolvimento de **emprego em áreas de elevado**

potencial como a economia verde, a reabilitação urbana, a economia digital, os serviços de proximidade, o apoio às famílias, a economia do mar

- Estabelecer **Planos Estratégicos Sectoriais** de Qualificação Profissional
- Promover a interligação das **políticas de educação e de formação profissional** e aprofundar a conveniente corresponsabilização entre as duas áreas e o sistema produtivo
- Desenvolver a modalidade de formação **Vida Ativa**, incluindo uma componente de formação em contexto de trabalho
- Desenvolver **Cursos de Especialização Tecnológica**, qualificação de nível V, com base numa ligação com empresas e a atividade económica
- Criar o **Instituto Regional do Emprego e Formação Profissional**, com funções de coordenação dos programas de qualificação de trabalhadores ativos e desempregados, bem como de publicação das estatísticas relativas ao emprego e programas ocupacionais

REABILITAÇÃO PROFISSIONAL

- Assegurar ações de reabilitação profissional relativamente a **pessoas com deficiência e incapacidade**, nomeadamente deficiência adquirida, que necessitem de uma nova qualificação ou de reforço das suas competências profissionais
- Criar apoios financeiros para **adaptação de postos de trabalho** aos empregadores que necessitem de adaptar o equipamento ou o posto de trabalho às dificuldades funcionais do trabalhador

FUNÇÃO PÚBLICA

- Cumprir, escrupulosamente, os princípios da negociação coletiva na Administração Pública Regional e na relação com as **estruturas sindicais**
- Instituir uma **Comissão de Recrutamento e Seleção** para a Administração Pública Regional dos Açores (CRoSAPRA), para assegurar com transparência, isenção, rigor e independência as funções de recrutamento e seleção dos candidatos para cargos de direção superior

HABITAÇÃO Condigna & Acessível

Habitação social, habitação jovem, habitação de reordenamento demográfico. As políticas públicas têm de estar ao serviço do bem-estar das pessoas.

Uma verdadeira estratégia de desenvolvimento social tem na Habitação um dos seus pilares principais.

Há falta de habitação social condigna.

Estão muitos jovens à procura de habitação e não a encontram.

Temos uma classe média sem meios de acesso ao crédito para habitação própria.

Garantir uma habitação condigna a preços sustentáveis para todos os Açorianos é o objetivo central da governação PSD para 2020-2030.

Os Açores deparam-se com uma situação estagnada de baixos indicadores ao nível social. Isso condiciona a iniciativa individual na melhoria das condições de habitação.

Uma sociedade com baixos rendimentos e baixa condição social não consegue assegurar meios para melhoria do seu parque habitacional.

Daqui resulta a sua contínua degradação sem o correspondente investimento na conservação e melhoria de condições habitacionais.

Acresce a nova realidade surgida com a crise pandémica que atravessamos e a certeza de que os tempos vindouros trarão enormes desafios sociais e económicos, em particular numa região já com grandes indícios de desigualdade e pobreza. Isso obriga a reinventar as políticas sociais, incluindo a política habitacional.

Propomo-nos, por isso e para isso, atuar em três eixos:

- **Habitação social.** Com recuperação de habitação degradada, melhoria de condições habitacionais, acesso a uma habitação condigna a preços acessíveis.
- **Habitação Jovem.** Com condições especiais de apoio para aquisição, construção e/ou arrendamento de habitação por parte de jovens, aqui considerados até aos 40 anos de idade.
- **Habitação de reordenamento demográfico.** Trata-se aqui de orientar políticas de habitação para o repovoamento de ilhas, concelhos e freguesias com fenómenos de despovoamento a que muitas vezes estão associadas questões como a degradação do parque habitacional abandonado e a prevalência de propriedades devolutas. Através de programas de atratividade na recuperação de habitação, nas políticas fiscais e/ou incentivos à fixação, podemos e devemos orientar o necessário esforço público para a fixação de pessoas nesses contextos habitacionais atualmente mais deprimidos.

O desenvolvimento específico de cada um destes eixos requer e terá o devido aprofundamento. Desde já, adiantam algumas das propostas necessárias, exequíveis e paradigmáticas para os três eixos estruturantes de uma nova política de habitação:

- Criação, modificação e/ou adaptação dos pacotes legislativos, tendo em conta os objetivos do **novo contexto emergente da crise pandémica** e as suas consequências económico-sociais
- **Levantamento de situações de carência económica** e condições das habitações para a inclusão
- **Levantamento das situações de abandono de habitações**, habitações devolutas e despovoamento numa lógica de ordenamento urbano/rural e de sustentabilidade na gestão do território

- Implementação de políticas públicas dirigidas ao setor da construção civil e **intermediação governamental entre beneficiários e empresas** do setor, para potenciar uma dinamização económica dirigida à concretização dos três eixos – **Criação do Instituto Regional da Habitação**
- **Negociação com proprietários, autarquias e outras organizações** da sociedade civil para estabelecimento de parcerias/apoios enquadrados na concretização do objetivo central: Garantir uma habitação condigna a preços sustentáveis para todos os Açorianos

SOLIDARIEDADE | Inclusão & Dignificação

**Integrar os mais frágeis, dignificar os mais idosos,
valorizar os mais jovens, apoiar os mais diferentes.
As IPSS/Misericórdias são os nossos melhores
parceiros.**

Uma sociedade justa não permite que os mais frágeis fiquem para trás. É com investimento social que se dignifica e integra os mais pobres. A pobreza e a exclusão social não são realidades novas.

O que é novo é que hoje existem recursos suficientes para retirar as pessoas da pobreza e garantir-lhes progresso social.

Com quase meio século de Autonomia e já em pleno terceiro milénio, ninguém compreende que um terço da população açoriana (31,8%) esteja a viver em situação de pobreza.

Importa criar mecanismos de financiamento e de apoio aos parceiros sociais e ao surgimento de uma nova cultura de empreendedorismo no setor social.

- Para a criação de emprego na área social com projetos de apoio aos mais desfavorecidos e excluídos da sociedade;
- Para diversificação e reforço das valências que são asseguradas pelas instituições particulares de solidariedade social.

O aumento da pobreza é a maior vergonha de qualquer governação.
A superação da pobreza é o maior desafio do desenvolvimento.

Venceremos o desafio com uma verdadeira Solidariedade Social.

Temos uma visão integrada e participada da política da Solidariedade Social. É por ela que encontramos as necessárias respostas de apoio à infância, juventude, idosos, invalidez e reabilitação, pobreza e exclusão social. E é com ela que firmamos as convenientes parcerias com as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Misericórdias dos Açores.

Sem prejuízo da política de investimentos na construção e melhoria de equipamentos sociais, importa agora adequar a política social às necessidades e exigências de uma sociedade marcada pela baixa natalidade, aumento da esperança média de vida e envelhecimento progressivo das suas populações, requalificando parte dos recursos humanos afetos ao setor.

As IPSS/Misericórdias são o pilar fundamental da nossa resposta social organizada. Importa, por isso, melhorar substancialmente os seus protocolos de cooperação técnica e financeira, para alargar e potenciar as suas respostas institucionais às novas necessidades sociais.

Neste contexto, aqui ficam alguns exemplos do que importa realizar:

- Reforçar os equipamentos sociais e a capacidade de resposta no âmbito das políticas integradas, sistemáticas e participadas de **combate à pobreza e exclusão social**, com a participação e cooperação ativa das IPSS/Misericórdias
- Criar políticas e medidas que promovam a formação e qualificação profissional, a empregabilidade e integração social das pessoas beneficiárias do **Rendimento Social de Inserção**
- Desenvolver políticas e medidas integradas de apoio às crianças e jovens em risco, às mulheres vítimas de violência, às famílias disfuncionais, aos toxicodependentes, aos sem abrigo, aos repatriados, aos imigrantes, bem como de políticas e medidas de **inclusão de pessoas com deficiência**

- Apoiar a criação de uma rede de **respostas personalizadas de apoio à infância** em termos de mini-creches e amas
- Promover a atualização anual do Complemento Regional ao **Abono de Família**, do Complemento Regional de **Pensão para Idosos** e do Complemento para a **Aquisição de Medicamentos pelos Idosos**, com a participação determinante dos parceiros sociais
- Aumentar e melhorar a rede de equipamentos e serviços sociais de apoio a idosos, não só ao nível tradicional dos lares e residências para idosos, como também, e fundamentalmente, ao nível dos centros de convívio, dos serviços de apoio domiciliário e dos centros de dia e de noite, dos cuidadores formais e informais, que, tanto quanto possível, privilegiem a proximidade e **inserção dos idosos nas suas famílias e comunidades** de origem
- Reforçar e melhorar a rede de **cuidados continuados integrados** de apoio aos idosos
- Implementar um eficaz **serviço de teleassistência**, de apoio à distância, às pessoas idosas que possam e queiram continuar a viver nas suas próprias casas
- Revitalizar e operacionalizar o Conselho Regional da Segurança Social dos Açores com o objetivo de **aprofundar a participação das IPSS e Misericórdias** na definição, desenvolvimento, acompanhamento e monitorização das políticas sociais regionais
- Reorganizar e reestruturar a orgânica dos serviços da segurança social nos Açores, garantindo **mais autonomia aos serviços de ação social direta** em relação aos serviços de prestações de regime da segurança social
- Desenvolver e apoiar programas de **formação dos trabalhadores** da Segurança Social e das IPSS/Misericórdias, com vista à sua qualificação e adequação às novas solicitações e necessidades sociais
- Proceder à revisão do **Código de Ação Social dos Açores**, de forma a adaptá-lo às novas preocupações e exigências sociais
- Desenvolver na Região as boas práticas da União Europeia para a promoção do **envelhecimento ativo**.

CULTURA Identidade & Cosmopolitismo

Queremos educar para a cultura, democratizar a cultura, fomentar e apoiar a criatividade, proteger e projetar o património. A cultura distingue e valoriza a nossa gente.

A identidade cultural é uma das pedras base do próprio edifício da Autonomia dos Açores, presente no nosso Estatuto Político-Administrativo, desde 1976.

Num mundo em comunicação constante, acelerada, muito dinâmica e global, conhecer a própria identidade é fundamental. Para nos conhecermos, para sabermos receber quem nos visita, para proteger o ambiente que nos rodeia, para podermos escolher os nossos caminhos.

Um povo que mal se conhece, arrisca-se a ter ideias erradas e fantasiosas sobre si próprio, tem dificuldade em definir o futuro, recebe menos bem e fica nas mãos de quem aparecer.

Plataformas de muita comunicação, entre diversos mundos e continentes, os Açores não estranham a globalização de agora, mas temos de conhecer de que material somos feitos.

A globalização abriu o mundo à comunicação, mas só pode decidir quem souber o que comunicar, como e porquê.

O Património Cultural - imóvel, móvel ou imaterial - é a base do conhecimento que importa guardar, ter e comunicar, como acervo e suporte da Memória.

O Governo deve garantir o acesso democrático à criação e fruição culturais, preservação, expansão e divulgação do nosso património material e imaterial, assumindo a Cultura como fator essencial de inovação e competitividade da nossa economia.

Temos orgulho no que somos e queremos partilhá-lo com os outros. Podemos e devemos educar para a cultura, democratizar a produção e fruição cultural, fomentar e apoiar a criatividade, proteger e projetar o património. E sabemos como. Aqui ficam, apenas, alguns exemplos.

EDUCAR PARA A CULTURA

- **Envolver as escolas**, no planeamento do ano letivo, de forma a garantir a presença das artes, da literacia e da leitura em ambiente escolar, apoiando a cooperação entre as escolas com vista a um intercâmbio dos métodos e das práticas mais eficazes para estimular a criatividade e a inovação
- Criar um programa de intercâmbio escolar ao nível do secundário, o **Programa Açorianidade**, permitindo que alunos possam frequentar três a seis meses do seu nível e ano escolar noutra escola da Região, para aprofundar o conhecimento de outra ilha
- Criar um programa dedicado a escolas, o **Programa Saudades da Terra**, que favoreça projetos pedagógicos com conteúdos partilhados e desenvolvimento comum, envolvendo, pelo menos, três escolas de ilhas diferentes, até um máximo de cinco escolas em cinco ilhas
- Criar e desenvolver um sistema de valorização do património edificado, móvel ou imaterial, baseado no conceito **"a minha escola adota..."**, favorecendo, por parte dos estabelecimentos de ensino, a adoção, o estudo e a divulgação de um edifício de valor patrimonial, de um espaço museológico ou interpretativo, de agentes possuidores de artes e saberes

- Atribuir um **“bónus cultural”**, de valor pecuniário, disponível para qualquer jovem de 18 anos de idade que resida em qualquer ilha dos Açores, para ser utilizado em “atividades culturalmente enriquecedoras”, como visitas a museus e galerias, compra de livros e filmes, acesso a espetáculos de música e teatro
- Desenvolver o conceito de **“contadores de histórias”**, aprofundando o seu uso, seja enquadrado no sistema escolar e em apoio aos conteúdos escolares ou pedagógicos, seja, nomeadamente, aproveitando a enorme riqueza de saberes dos grupos folclóricos e etnográficos e promovendo a divulgação informal de conhecimentos na comunidade
- Apoiar a afirmação dos **eventos representativos** do calendário cultural de cada ilha
- Afirmar a **RTP/Açores** como instrumento do serviço público de media, valorizando a dimensão educativa e cultural deste serviço público

DEMOCRATIZAR A CULTURA

- Criar **oferta cultural em todas as ilhas**, em especial fazendo circular inter-ilhas artistas regionais, mas também nacionais e internacionais quando deslocados aos Açores
- Desenhar um **programa cultural adaptado ao contexto**, em parceria com as autarquias, estruturas artísticas e comunidade educativa, garantindo uma maior aproximação às comunidades vulneráveis, nomeadamente em zonas rurais e mais remotas
- Criar **bibliotecas itinerantes** em todas as ilhas do arquipélago, em colaboração com as autarquias locais
- Criar um programa de apoio a pequenas **livrarias e editoras** independentes
- Otimizar as atuações dos professores do **ensino artístico** dos Açores de forma a atuarem nas diferentes ilhas
- Promover e apoiar a interpretação em **língua gestual portuguesa** nos espetáculos ao vivo

- Criar uma **aplicação móvel** que permita a cada um - residente ou turista - saber o que pode visitar ou quais os espetáculos que pode ver, em cada altura, em cada ilha e em cada concelho
- Reforçar o papel da **RTP/Açores** na difusão de conteúdos culturais

FOMENTAR E APOIAR A CRIATIVIDADE

- Criar um **programa dedicado a entidades culturais**, com uma componente inicial de recolha de dados e estudo e outra de divulgação de informação, apresentação em espetáculo, edição de obra ou produção artística, sobre temas de história, costumes, artes ou técnicas, envolvendo, obrigatoriamente, entidades de, pelo menos, três ilhas
- Criar **estímulos para o investimento** das empresas e dos cidadãos individuais em projetos criativos
- Apoiar projetos que permitam a presença dos Açores nos **mercados nacionais e internacionais**, permitindo assim o intercâmbio e a circulação de autores e artistas açorianos, desde logo, dando a conhecer as suas obras
- Financiar a participação de **jovens profissionais** do setor cultural e criativo em estágios nacionais e internacionais na área da cultura

PROTEGER E PROJETER O PATRIMÓNIO

- Aprofundar a cooperação entre as áreas de responsabilidade do **turismo, ambiente e cultura**, na preservação, valorização e conhecimento do território e do património cultural móvel e imóvel
- Aprofundar linhas de investigação dos recursos culturais como capazes de contribuir para a inovação, numa perspetiva de **ligação entre passado e futuro**
- Aperfeiçoar e incentivar a conservação e valorização de **Património Edificado** mediante a criação de medidas de apoio à importação de produtos de uso tradicional em construção e conservação, tornando-os mais competitivos no mercado da construção civil

- Aprofundar as dinâmicas da Rede de **Museus e Coleções Visitáveis** dos Açores, criar modelos de financiamento dos projetos comuns e bolsas de consultoria
- Aprofundar e desenvolver a presença de **conteúdos culturais em meio digital**, nomeadamente visitas virtuais, e apoiando a modelação em 3D de elementos de património cultural imóvel e móvel, bem como a criação de programas informáticos de conteúdo pedagógico, cultural e turístico
- Promover, efetivamente, a reutilização das **fortificações costeiras** dos Açores, evitando que continuem a degradar-se e a desaparecer, nomeadamente como apoios de visita e interpretação de locais costeiros, ou outros, compatíveis com a valorização da memória que guardam
- Criar linhas específicas para valorização dos espaços **Património Mundial**, facilitando, desburocratizando e dando maior fluidez à interação com os serviços da Administração Regional

DESPORTO Mérito & Ambição

Na escola, na sociedade, na competição, o desporto favorece o corpo, a mente, o convívio. Tem de ser parte integrante e importante do bem-estar e da qualificação.

Os Açores apresentam uma reconhecida capacidade desportiva, mobilizadora de diferentes gerações com milhares de atletas, que deve ser efetivamente potenciada. Em cada ilha, no todo regional, a nível nacional, com projeção internacional.

É preciso dar o salto. Importa incentivar a prática, apoiar o esforço, premiar o mérito. Desde o desporto escolar até à alta competição.

Também aqui, as nossas propostas revelam a ambição de ganhar:

- dignificar o **desporto escolar**, enquanto alicerce de toda a prática desportiva de competição e recreação, incentivando a organização de provas de âmbito local e regional
- alargar o enquadramento desportivo e as ajudas aos **jovens talentos regionais**
- valorizar, nos critérios de financiamento ao desporto de alto rendimento dos desportos coletivos, a inclusão de **atletas formados na Região**

- majorar os apoios ao **desporto adaptado** e incentivar a prática desportiva por cidadãos portadores de deficiência
- valorizar a **formação desportiva** através da celebração de contratos-programas com clubes e associações de modalidade
- fixar critérios objetivos, regulares e previsíveis, para o financiamento da organização de **competições nacionais e internacionais** nos Açores
- estabelecer uma efetiva igualdade nas ajudas financeiras à atividade das **equipas femininas** participantes em competições nacionais e internacionais
- criar incentivos à contratação de treinadores qualificados para o treino e competição de atletas inseridos no estatuto nacional de **alto rendimento** ou das equipas dos clubes participantes em competições nacionais do nível competitivo superior
- rever os critérios da promoção turística dos Açores por equipas e atletas regionais, considerando o **impacto económico** efetivo de cada modalidade
- reforçar o apoio ao **movimento associativo** desportivo, designadamente pela assunção de despesas das respetivas estruturas logísticas e administrativas
- definir um regime de voluntariado para o **dirigismo desportivo**
- criar um programa regional de reabilitação e **qualificação de instalações** desportivas, conferindo prioridade às que acolhem competições de âmbito nacional e internacional
- apoiar os clubes e associações na construção de **recintos próprios** destinados ao treino e à competição

III. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

DAR VALOR A CADA ILHA

**Temos de avançar para um verdadeiro mercado interno.
Onde cada ilha vale por si e acrescenta valor ao arquipélago.
Podemos e devemos ser Mais Açores dentro e fora da Região.**

A criação de um **mercado interno** afigura-se essencial. Este desígnio deverá potenciar a produção de bens e serviços que, pela pequena dimensão dos mercados de cada ilha, são atualmente inviáveis.

O mercado interno tem vantagens evidentes:

- Aumenta mercado potencial dos pequenos produtores
- Potencia a identidade produtiva de cada ilha
- Aumenta a concorrência
- Permite uma maior adaptação de produtos e serviços às necessidades do consumidor
- Oferece a possibilidade de experimentar outros mercados, experiência que poderá revelar-se importante para ganhar mercados externos

Os transportes e a informação sobre os mercados são a chave para a complementaridade das economias regionais - seja na diversificação, seja na consolidação de uma determinada produção.

Está a faltar, há muito, um **modelo de transporte** que não esteja baseado apenas nas ligações diretas com o exterior, prejudicando muito o comércio inter-ilhas. Sem uma nova abordagem aos transportes, o mercado interno continuará incipiente.

O mercado interno regional, indissociável do modelo de transportes, pode trazer maior racionalidade sistémica ao abastecimento das ilhas e criar sinergias internas que, neste momento, não existem, levando a um elevado grau de isolacionismo empresarial.

O papel das **novas tecnologias** na construção desse mercado interno será muito importante, desde que haja sistema de transportes adequado. Será mesmo indispensável.

O salto digital tem de ser transversal.

Poderá ser um instrumento fundamental para a fixação das populações nas ilhas mais pequenas, desde logo as faixas mais jovens que atualmente, por não encontrarem alternativas de emprego, não regressam após completarem a sua formação.

O caminho de uma progressiva tendência de **autonomia alimentar** dos Açores tem potencial, como se comprova na sua agricultura/pecuária, nas suas pescas e na sua indústria agroalimentar. Importa estender a muitas áreas complementares como matérias primas (medicamentos, cereais, inseticidas, embriões, equipamentos) para estas atividades.

As melhorias deverão ser sempre marginais numa economia aberta onde a própria União Europeia já tem uma política para este efeito, da qual beneficiamos. Ainda assim, é possível aumentar a produção alimentar em muitos produtos ainda que complementares da nossa alimentação, contribuindo para a **substituição de importações**.

A criação do mercado interno terá igualmente um contributo relevante para a **coesão territorial** entre as várias ilhas, com oportunidades especiais em geografias de maior proximidade.

DAR ESPAÇO À INICIATIVA PRIVADA

**Garantimos uma redução fiscal no IRC, no IRS e no IVA.
Mais vale o dinheiro nas famílias e nas empresas do que nos cofres
do Estado.**

Precisamos de **mais sociedade e melhor governo.**

É urgente inaugurar hábitos permanentes de transparência,
rigor e responsabilidade.

Reformar a Administração Pública é um passo fundamental
para transformar a sociedade açoriana.

A modernização, o rejuvenescimento e a qualificação na Administração
Pública serão tarefas prioritárias da agenda governativa da próxima
década.

As empresas têm de ser o motor de criação de riqueza.

Nos Açores, temos boas empresas e bons empresários.

Não há crescimento económico nem criação de emprego sem
investimento.

E o aumento do investimento só ocorrerá se houver o ambiente
económico próprio e a devida confiança por parte dos agentes privados.

Só um governo que confia nos cidadãos pode atrair o investimento necessário para a transformação económica que os Açores precisam.

A governação do PSD trará à sociedade açoriana o protagonismo que ela precisa e merece para se libertar de amarras do governo ou de concorrência pública inadequada e para desenvolver o seu próprio potencial.

Queremos desenvolver uma política económica que permita às empresas açorianas competir na economia global do conhecimento.

Urge, por isso, tomar as medidas certas. Para manter, no essencial, a atual base económica produtiva e também o emprego. Mas, mais do que isso, para criar um novo ciclo de investimento produtivo.

As empresas existentes têm de ser estimuladas e fortalecidas. **É preciso direcionar os recursos do novo Quadro Comunitário de Apoio para a componente produtiva**, como estímulo ao investimento e à criação de emprego.

A atual governação canaliza a maior parte dos recursos financeiros disponíveis para as entidades públicas ou ligadas à área pública.

O novo paradigma, proposto pelo PSD, ajuda a dinamizar e a fortalecer o tecido empresarial privado, tornando-o mais competitivo.

O tecido empresarial precisa orientar-se para a produção de bens transacionáveis para assegurar a criação sustentada de emprego.

Apostaremos, por isso, **no apoio ao investimento para a produção de bens transacionáveis**, seja para exportação, seja para substituição de importações, em especial no setor do turismo que deverá reforçar a sua prioridade estratégica.

É essencial reduzir os custos de contexto das empresas, o que passa pela **redução fiscal até ao limite do diferencial de 30% para o IRC e para a taxa normal do IVA**. Esta é uma medida transversal e necessária para aliviar produtores (competitividade) e consumidores (rendimento disponível), bem como alargando aquele diferencial a mais escalões do IRS aliviando a classe média.

Importa, assim, aumentar, nos termos da lei, o **diferencial fiscal de 20% até 30%**, de forma gradual, **em mais escalões do IRS**.

O PSD defende, também, a criação de um **Fundo de Capital de Risco**, a ser gerido por entidade independente especializada.

Para impulsionar determinadas áreas de produção basta reduzir custos de contexto e providenciar uma base de recrutamento de mão-de-obra mais qualificada. Reduzir os custos de investimento de forma seletiva, inserido num quadro estratégico, será também fundamental.

A **qualificação** de recursos humanos será feita a partir da melhoria dos níveis de educação da população, mas também da formação dirigida para a empregabilidade e melhoria da competitividade.

Também a **Tecnologia** é determinante para alavancar a atividade económica regional e isso passa por:

- Promover e apoiar um portal para venda de produtos regionais, com uma matriz de certificação associada;
- Apostar nos polos de concentração e difusão de tecnologia e conhecimento, alavancados no conceito da “hélice quártupla” (Universidade, Empresas, Região, Sociedade e Ambiente) e com recurso a parcerias com empresas internacionais;
- Cativar empresas nacionais e internacionais para a utilização da Região como base de teste de soluções de natureza tecnológica;
- Apostar nas indústrias criativas de base tecnológica;
- Promover a integração da Região nos *clusters* tecnológicos mundiais.

No investimento público, privilegiaremos os **investimentos reprodutivos** que gerem mais-valias para a região.

Queremos uma ambiciosa agenda de competitividade que favoreça a criação de um tecido empresarial mais amplo e sólido, que possa abrir novas **oportunidades de emprego**.

O empreendedorismo assumirá um desígnio primordial na criação de empresas e novos produtos. Empreender é agregar valor, saber identificar oportunidades e transformá-las em negócios lucrativos, geradores de emprego, e esse é o novo caminho dos Açores.

A iniciativa empresarial é crucial. Sem ela o resto não existe. Por isso é importante desenvolver a ideia das **empresas como parceiras de desenvolvimento**, criação de empregos, criação de riqueza e base de suporte das políticas sociais.

Os cidadãos devem compreender a dinâmica das instituições da sociedade entre as quais se inclui a instituição empresa como peça central de qualquer processo de desenvolvimento. Desenvolvem-se melhor as sociedades que compreendem melhor a importância da iniciativa privada dos cidadãos em contraponto com sociedades baseadas no dirigismo das instituições políticas que não olham a meios para ganhar cada vez mais poder em prejuízo dos mecanismos concorrenciais.

A inovação é uma marca do empreendedorismo.

Os fundos comunitários serão a sua semente.

DESENVOLVER A CAPACIDADE PRODUTIVA

Os Açores são terra e mar. Queremos fazer a transição para uma Economia Verde e seguir o caminho da Economia Azul. É melhor para as Pessoas e melhor para o Ambiente.

A ECONOMIA VERDE E CIRCULAR

Hoje, ninguém duvida que a sustentabilidade é um motor de inovação económica, sobretudo porque tem aumentado, de forma visível e incontornável, a preocupação pública e pertinente em torno das questões ambientais. Mais do que nunca, **o Ambiente está e tem que estar na agenda das empresas e dos governos**, num autêntico fenómeno à escala global.

Cada vez mais, é notória a necessidade de promover a transição para modelos de negócio ambientalmente mais eficientes.

É preciso apostar, mesmo, na economia verde e na economia azul. As alterações climáticas são uma das maiores ameaças ambientais do século XXI, com consequências muito preocupantes a nível ambiental, económico ou social.

Nos Açores, temos uma Estratégia Regional para as Alterações Climáticas, mas demorámos mais de oito anos a elaborar o plano regional para a sua operacionalização. Ainda assim, não pode ser um conjunto de boas intenções que não saem do papel.

Enquanto espaços insulares, estamos profundamente dependentes de sistemas regulados pelo clima. Logo, bastante vulneráveis à variabilidade climática, à evolução do estado do tempo, aos fenómenos climáticos extremos.

Até na eficiência energética o governo falhou, incumprindo uma legislação que obrigava à monitorização e divulgação dos consumos da Administração Pública.

A transição para uma economia verde deve fazer-se não só porque é bem aceite, mas também, e sobretudo, porque **oferece inúmeras oportunidades**, seja para a transformação de processos, seja para a criação de novos produtos e serviços – muitos dos quais mais apelativos, até pela sensibilidade que cresce em relação à relevância destas temáticas.

Não faltam exemplos de boa aposta na transição para uma economia verde, com benefícios sociais e económicos, além de ambientais:

- a melhoria da eficiência energética dos processos, dos produtos e dos edifícios
- a melhoria da eficiência no uso da água
- a alteração dos padrões de produção e de consumo
- a criação de marcas ecológicas
- a implementação de novos sistemas de certificação ambiental (por exemplo, o ecodesign)
- a melhoria dos sistemas de gestão de resíduos
- a aposta nas energias renováveis

Defender a promoção da economia verde e circular é uma tarefa que abrange empresas, mas também os diferentes agentes económicos, como a banca e os investidores, além dos agentes políticos.

A ECONOMIA AZUL

A importância do mar dos Açores interessa à Região Autónoma, ao Estado Português, à União Europeia.

É mais que a mera gestão dos recursos. É um centro nevrálgico para a investigação e a segurança no Atlântico.

Temos de ser firmes na defesa dos nossos interesses.

O Mar é um desafio de interesse partilhado.

Não é um assunto só da Região ou só do Estado.

Em tudo o que interessa aos Açores, a Autonomia tem sempre uma palavra a dizer.

É este o caminho da corresponsabilização.

O principal desafio é aproveitar o potencial do nosso mar para o desenvolvimento da nossa terra.

Temos de ter uma estratégia potenciadora das diferentes componentes da Economia do Mar: o ambiente, os transportes, a energia, o turismo, as pescas, as biotecnologias, a construção e reparação naval, a defesa e a segurança, as infraestruturas portuárias, a formação e investigação científica.

Temos aqui, ao nosso alcance, criar novas oportunidades de emprego em novas profissões.

- Baseadas na educação, na investigação e na inovação.
- Ligadas à exploração de recursos geológicos e biológicos.
- Assentes na gestão das zonas costeiras e na proteção de espécies.

Mas a aposta no mar dos Açores tem de estar alicerçada numa política marítima bem definida, bem estruturada e bem conhecida por todos os agentes económicos ligados ao mar e por potenciais investidores.

É isso que se exige de um governo de uma região autónoma que tem a maior Zona Económica Exclusiva de Portugal e que pode crescer – e muito – se for aprovada a proposta portuguesa para o alargamento da Plataforma Continental.

O mar é o nosso melhor caminho para o futuro.

Há mais de 20 anos que os Açores não têm uma verdadeira política integrada para o mar. Por incrível que pareça. Basta referir que a Região foi incapaz de elaborar a sua própria estratégia e de integrá-la na Estratégia Nacional para Mar, apesar do compromisso assumido em 2013 para a sua elaboração.

Também neste domínio, o PSD apresenta-se como uma verdadeira alternativa e assume a economia azul como uma verdadeira prioridade.

Nunca foram tão evidentes como agora as oportunidades em volta da economia azul. Ela pode ser uma via efetiva de criação de riqueza e uma via estratégica de real convergência para com o País e com a Europa.

O futuro passa pela nova economia do mar - uma economia sustentável, que resulta do *“equilíbrio entre a atividade económica e a capacidade de longo prazo dos ecossistemas oceânicos para suportar essa atividade, permanecendo resilientes e saudáveis”*.

A investigação e o conhecimento são essenciais. O mar dos Açores tem de ser protegido de uma sobre-utilização, com o propósito último da promoção e salvaguarda do seu valor no médio longo prazo. Nunca se pode perder a perspetiva de que este será **o principal e maior ativo natural da Região**.

Os Açores, como região insular, abraçam praticamente todas as perspetivas da economia azul. É ancestral a ligação do povo açoriano ao mar. Faz parte da identidade açoriana a cultura de retirar o sustento do mar que nos rodeia. Faz parte do que somos como povo a nossa ligação ao mar.

É fundamental adotar um conjunto de medidas que permitam valorizar as atividades conexas com o mar e as propostas de valor derivadas, designadamente:

- Desenvolver o mercado de carbono com base no mar;
- Avaliar os bancos pesqueiros regionais, apostando no desenvolvimento sustentável do mar;
- Fomentar o repovoamento de algumas espécies piscícolas e de moluscos;
- Incentivar a construção naval ligada à náutica de recreio e pesca;
- Redescobrir o valor geoestratégico do mar açoriano, com a exploração e controlo da rota transatlântica do Panamá;
- Valorizar as boas práticas empresariais de excelência e cooperação entre os atores estratégicos relacionados com as atividades do mar.

Assumir a nossa identidade também como base da economia da Região é um dos mais importantes desígnios da governação PSD.

PESCA

É preciso inverter o paradigma atual do sector das pescas, assente em rendimentos de subsistência - e muitas vezes de pobreza - como se constata em algumas das nossas comunidades piscatórias.

Vinte e quatro anos desta governação trouxeram o sector aos limites da sustentabilidade. É urgente romper com a ideia, errada e injusta, de que a Pesca está irremediavelmente ligada a bolsas de pobreza e a problemas sociais.

É dando dignidade, formação e rendimento ao pescador que se erradica a cultura assistencialista de dependência de subsídios sociais.

A pesca deve ser uma via para vencer a pobreza e não uma atividade de mera sobrevivência.

- Apostaremos na certificação e formação dos nossos pescadores, não só nas artes de pesca, como também ao nível da sustentabilidade ambiental e da segurança dos marítimos;

- Desenvolveremos sistemas de rastreabilidade que possam efetivamente criar valor ao pescado dos Açores. Temos peixe de boa qualidade, pescado com artes sustentáveis, pelo que os nossos destinos exportadores terão de reconhecer estas características e pagar o justo valor;
- Apostaremos numa lógica de pescar menos, mas valorizar mais o pescado. Assim não teremos quebras nos rendimentos dos pescadores e evitaremos a sobrepesca com prejuízo dos nossos stocks;
- Agilizaremos a burocracia associada à pesca-turismo, para que possa ser uma fonte de rendimento extra dos pescadores;
- Desenvolveremos uma estratégia de logística associada ao sector da pesca que permita que o nosso pescado não perca valor, ao perder frescura, pelo que adequaremos e colocaremos as estruturas e logística públicas ao serviço do sector. Uma verdadeira política regional de Pescas existe é para servir os pescadores e não para servir-se deles;
- Desenvolveremos campanhas de promoção do nosso pescado, incidindo sobre espécies menos conhecidas e comerciais e valorizando-as, de modo a que sejam também melhor remuneradas e a evitar a concentração do nosso esforço de pesca nas mesmas espécies;
- Teremos uma estratégia para o sector das conservas. Estas terão de diversificar e inovar para que possamos proteger este importante legado industrial que está sob forte ameaça em Portugal.

Importa considerar as crescentes evidências científicas que demonstram que é uma realidade global os efeitos da sobrepesca, a poluição marinha e ou impacto causado pelo aquecimento global.

Nos Açores, em algumas ilhas, várias zonas já se encontram seriamente afetadas por sobre-exploração, fruto de total ausência de gestão do esforço de pesca.

Temos a responsabilidade de inverter este caminho.

Os Açores só têm a ganhar se se afirmarem como **um exemplo de pesca verdadeiramente sustentável.**

MAR E TURISMO

Com o crescimento turístico como pilar da economia dos Açores, o mar, também como ativo turístico, merece uma política de gestão adequada.

Isto no âmbito da sua utilização lúdica e turística, tendo como objetivo último a sustentabilidade e a salvaguarda dos nossos ativos naturais, em linha com uma real economia azul do século XXI.

O mar é o maior ativo ambiental dos Açores. Importa promover a sua proteção e garantir uma utilização verdadeiramente sustentável por parte de todos os *stakeholders*.

Há muito que **as atividades marítimo-turísticas constituem uma importante base de atratividade da Região**, tendo relevante importância económica.

Utilizaremos os fundos europeus existentes para a promoção e desenvolvimento de zonas balneares ao longo das zonas costeiras das nossas ilhas, à semelhança dos bons exemplos já existentes. Há ilhas que estão de costas voltadas para o mar. Com pequenas intervenções, novas oportunidades poderiam surgir.

É urgente que estas atividades, e outras atividades, sejam vistas como uma prioridade estratégica, e que sejam criadas as devidas condições para o desenvolvimento desta vertente do Mar, sempre em total consonância com uma visão de proteção da natureza e de sustentabilidade.

INVESTIGAÇÃO AZUL

Os Açores têm condições privilegiadas para serem uma referência internacional no âmbito do conhecimento do Mar.

A nossa posição geoestratégica, a nossa história e a nossa visão deverão constituir um fator determinante para assumirmos um papel de destaque e de reconhecimento na investigação azul. Esta é uma oportunidade evidente.

Os Açores e a sua Universidade deverão assumir-se como o centro de investigação azul no Atlântico Norte.

A investigação e o conhecimento do Mar são os alicerces da economia azul que preconizamos. São importantes meios de criação de riqueza, através do consequente ecossistema empresarial alavancado pela inovação que daí resultará.

A governação do PSD assume como prioridade a criação das devidas condições para que a Região, com a sua Universidade, seja um centro de investigação azul de referência internacional. Este é um fator de progresso e de convergência para todos.

PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Parte fundamental do valor do mar consiste na sua biodiversidade e riqueza natural. Esta é também uma vertente essencial da economia azul.

Uma verdadeira política de defesa dos nossos ecossistemas marinhos e costeiros é uma preocupação do PSD e será um desígnio da sua governação.

Neste contexto, a fiscalização do nosso mar constitui um desafio que exige mais meios, maior articulação e um maior envolvimento de todo o país e da União Europeia.

Muitas das nossas Áreas Marinhas Protegidas, apesar de classificadas há vários anos, continuam sem uma gestão concertada e adequada, muito por falta de recursos e de meios.

Desenvolveremos uma verdadeira estratégia de mitigação dos impactos das alterações climáticas na erosão das nossas zonas costeiras.

A elaboração do **Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores** (POEMA) é outra prioridade da governação do PSD. Este plano constitui um elemento estruturante para desenvolver e potenciar, de forma sustentável, a economia do mar.

Os complexos desafios de desenvolvimento que hoje enfrentamos exigem uma colaboração dinâmica entre setores e organizações, para apoiar com sucesso a realização do desenvolvimento sustentável em toda a Região e de toda a Região.

É também fundamental caminhar no sentido de **alcançar a autossuficiência energética das nossas ilhas**, promovendo o acesso a energia barata e sustentável aos diferentes agentes económicos.

MELHORAR O SISTEMA DE TRANSPORTES

Transportes mais baratos para os passageiros, transportes mais frequentes para as mercadorias. A sociedade e a economia precisam de melhores acessibilidades dentro e fora da Região.

Uma melhor economia depende também de melhores acessibilidades.

A eficiência do transporte aéreo e do transporte marítimo alavancam o desenvolvimento sustentável numa região distante e descontínua como a nossa. E isso garante mais coesão social e territorial. Mais mobilidade. Nenhum açoriano pode sentir-se prisioneiro na sua ilha.

Em 2015, com a liberalização do espaço aéreo, vivemos nos Açores uma verdadeira revolução para a mobilidade dos açorianos e para a alavancagem do turismo.

Cinco anos depois, é possível rever e alterar. Mas para melhorar. Nunca para piorar.

O limite máximo de 134 euros para os residentes e de 99 euros para os estudantes, em viagens de ida e volta ao continente, é uma conquista. Não admitimos andar para trás.

Aceitamos sim, e até incentivamos, a simplificação do processo de reembolso das passagens aéreas dos passageiros residentes.

Mas é preciso ir mais longe.

Para os passageiros, é preciso melhorar de forma substancial as acessibilidades inter-ilhas, ajustando a oferta à procura, de forma flexível, sobretudo nas ilhas sem ligações ao exterior da Região.

Para as mercadorias, é preciso promover soluções e modelos que facilitem o transporte de produtos frescos a preços competitivos e com frequências adequadas, quer no mercado interno, quer para o continente.

Nas ligações inter-ilhas por via marítima, temos um objetivo estratégico: Reduzir significativamente os custos; manter e melhorar as acessibilidades e frequências às ilhas de menor dimensão e movimento de carga.

Impõe-se avaliar as atuais Obrigações de Serviços Público e o modelo existente, mediante o estudo de alternativas tecnicamente e economicamente mais vantajosas para todas as ilhas.

No abastecimento de bens essenciais, não podemos arriscar ter qualquer ilha isolada, inacessível, em compasso de espera.

Somos ilhas.

Os transportes aéreos e marítimos são os nossos caminhos.

Melhorar o seu sistema e as suas estruturas é o nosso caminho.

É necessário equacionar um sistema de transportes sustentável dentro da Região Autónoma dos Açores. Têm que ser definidas medidas e estabelecidos instrumentos políticos que combinem os investimentos públicos e os investimentos privados para minimizar os constrangimentos derivados da geografia insular.

No caso do transporte aéreo regional, está patente a obrigação de serviço público - por exemplo, a frequência e a pontualidade dos serviços ou a disponibilidade de lugares - que constitui o principal instrumento para garantir a circulação dos passageiros. Mas este modelo tem que ser revisto para garantir uma efetiva mobilidade entre as ilhas.

Nas ligações com o continente, importa rever as obrigações de serviço público, equacionando a possibilidade de alargar a liberalização ao Faial, Pico e Santa Maria, para além de São Miguel e Terceira.

O PSD propõe um objetivo estratégico:

A redução substancial do preço das passagens aéreas para residentes, com a implementação da Tarifa Açores, a partir da revisão do caderno de encargos do próximo concurso público de concessão do serviço público de transporte aéreo de passageiros e carga inter-ilhas.

Esta medida - verdadeiramente estruturante, não apenas circunstancial -

contribuirá para o mercado interno, para a mobilidade dos açorianos, para um melhor conhecimento de todas as ilhas, para a própria coesão regional.

É possível reduzir a tarifa sem agravar a situação económica da SATA, após a sua inevitável e inadiável reestruturação financeira, com o reforço das compensações do serviço público e com ganhos na sua operação aérea.

A promoção do transporte marítimo de mercadorias passa pela realização de um estudo técnico que avalie o atual modelo de obrigações de serviço público nas ligações com o continente. Também aqui, é fundamental reduzir os preços e melhorar a regularidade do serviço.

No transporte de mercadorias inter-ilhas, importa equacionar a existência de uma carreira regular de carga entre ilhas, que permita **assegurar o transporte de bens com uma regularidade diária ou quase diária**.

A existência de transportes frequentes, a custos competitivos, promove o interesse no desenvolvimento de iniciativas de produção especializada nas diversas ilhas, ao assegurar o escoamento da produção.

O relançamento do transporte marítimo inter-ilhas passa pela criação de verdadeiras “autoestradas do mar”.

Esta otimização do transporte marítimo passa também pela **dinamização de uma plataforma logística que possibilite reunir todos os operadores** da cadeia logística (carregadores, armadores e outros atores da indústria marítima, bem como os transportadores rodoviários) num espaço único.

Esta solução torna a expedição intermodal e a utilização dos transportes marítimos mais fiáveis e flexíveis, minimizando a estrutura de custos das empresas e para os consumidores regionais.

Adicionalmente, são necessários investimentos em infraestruturas portuárias para garantir a cabal exploração do transporte marítimo.

Também nos transportes aéreos é preciso investir nos aeroportos de gestão regional, desde logo, para permitir o alargamento do seu uso além das 19 horas.

A estratégia de **alargamento do espaço temporal dos voos** bem pode potenciar uma dinâmica intermodal. O transporte aéreo pode ser o elemento facilitador do escoamento *just-in-time* de produtos de valor acrescentado para outros pontos regionais, nacionais e internacionais.

AMBIENTE Responsabilidade

O Ambiente é a marca dos Açores. A Região precisa de um departamento governamental especificamente dirigido para o desenvolvimento sustentável.

O Ambiente em geral, as Alterações Climáticas em especial, são um dos maiores desafios que todos enfrentamos neste novo milénio.

O contributo dos Açores para a poluição mundial e para a luta global é uma gota no oceano. Mas isso não nos desresponsabiliza de cumprirmos a nossa parte na descarbonização da economia, tornando-a menos dependente dos recursos energéticos externos.

Sobretudo, temos que nos prevenir para o impacto das reais alterações climáticas que nos afetam e cada vez mais nos vão afetar.

Temos que nos adaptar às consequências dessas alterações climáticas, designadamente quanto aos fenómenos extremos a que estaremos sujeitos.

Temos de cuidar, especialmente, da nossa orla costeira.

Como bem diz o nosso povo, **mais vale prevenir do que remediar.**

Abordamos **o Ambiente como uma oportunidade e não como um entrave** ao desenvolvimento dos Açores.

Os Açores são (ainda) reconhecidos como santuários de Natureza. Esta é uma vantagem competitiva em termos turísticos, mas também na agricultura, nas pescas, na indústria, na saúde, na ciência ou na energia.

É preciso **potenciar as oportunidades e integrá-las** numa política ambiental de carácter transversal.

Prosseguiremos uma verdadeira política de ordenamento do território, de proteção da paisagem, de valorização ambiental. Uma política integrada, envolvendo sociedade civil, as autarquias locais, os agentes económicos. Daremos especial atenção aos ecossistemas mais debilitados e mais sensíveis: as lagoas, as encostas, as fajãs, as ribeiras, as arribas, os parques naturais.

Em causa está também a segurança das pessoas que vivem nessas zonas ou nas suas imediações. **Proteção da Natureza é, também, Proteção Civil.** Para prevenir os fenómenos extremos decorrentes das alterações climáticas. É essencial a resolução dos problemas de despovoamento que ameaçam algumas ilhas e muitas freguesias. Mais do que criar planos é necessário implementá-los. Numa perspetiva construtiva e não punitiva. As revisões dos POOC, dos PDM ou do PROTA, não serão apenas cartilhas de impedimentos. Serão mapas de oportunidades.

Teremos, mesmo, uma nova abordagem ambiental. Não deixando de punir os prevaricadores, apoiaremos a inovação. Juntaremos ao princípio do poluidor-pagador um novo princípio, o do protetor-beneficiário. **Uma política de ambiente pela positiva, amiga do crescimento.**

Com o saber científico já produzido na Região, especialmente através da Universidade dos Açores, vamos apostar no conhecimento em matéria de ambiente, criando vantagens competitivas que nos diferenciem.

Desde logo, daremos efetiva e merecida atenção à biodiversidade e à defesa da fauna e flora endémicas dos Açores. Elas são uma importante e inalienável herança cultural e ambiental.

A **defesa do património natural** não deve ser só uma responsabilidade das autoridades. Tem que ser **partilhada por todos os açorianos.**

A nova política ambiental que os Açores precisam e merecem passa por estas e outras medidas:

- Preservar e potenciar as características naturais do arquipélago como **imagem de marca** dos Açores
- Promover a gestão integrada dos recursos naturais com as atividades socioeconómicas e assegurar a devida articulação entre as entidades com competências nos diferentes domínios ambientais (investigação, empresas, ONGA's, governo), designadamente, através da criação de um **departamento governamental** especificamente dirigido **para o desenvolvimento sustentável**
- Melhorar a participação e o **envolvimento dos cidadãos** nas políticas ambientais
- Reforçar os serviços responsáveis pela **Vigilância da Natureza**, em dimensão e capacidade de intervenção
- Aumentar a cobertura da rede de monitorização da **qualidade do ar** nos Açores
- Promover a melhoria do **planeamento territorial** e de recursos hídricos associados, levando-o a contemplar fenómenos de cheia natural e de riscos de seca
- Otimizar a utilização e **gestão da água** disponível e potencial face aos diferentes usos
- Criar sinergias entre as ilhas e concelhos para a otimização dos sistemas de **gestão de resíduos**
- Promover uma alteração da realidade associada aos resíduos provenientes da agricultura e pecuária, tendo em vista a produção de **resíduos agrícolas** na Região e a redução do uso de fertilizantes/ produtos fitofarmacêuticos

- Adotar um modelo adequado de ocupação do solo, em especial no que concerne às atividades agropecuárias e florestais, para que se promova o combate de problemas ambientais como a **desflorestação** ou a **destruição de zonas húmidas**
- Incentivar a **diversificação da floresta** açoriana, com utilização de espécies autóctones e endémicas
- Intensificar a proteção e gestão de espaço florestal de proteção para **recuperação de habitats**
- Aumentar a cobertura média na Região de **ecocentros e ecopontos**
- Reformular o funcionamento dos **centros ambientais** da Região, dotando-os de meios para a prestação de serviços diferenciados que lhes permitam obter alguma forma de sustentabilidade financeira

ENERGIA

Os Açores devem implementar uma atuação mais eficaz na mobilidade sustentável, nos recursos energéticos endógenos, nas soluções de eficiência energética, nas novas tecnologias e até na reeducação dos consumidores de energia.

Temos de atingir uma efetiva redução das importações de combustíveis com altas emissões de carbono, o aumento da penetração de energias renováveis, a promoção da eficiência energética e da utilização racional de energia.

Para isso, entre outras medidas, propomo-nos, por exemplo:

- Aumentar a produção de energia a partir de **fontes renováveis**
- Fomentar projetos com **soluções de armazenagem** para as ilhas com maior penetração de energias renováveis
- Promover a **Eficiência Energética** e a Utilização Racional de Energia, como formas de garantia de padrões eficazes e inteligentes de consumo
- Implementar planos de promoção de eficiência energética nos edifícios de serviços da Administração Regional, como **exemplo a seguir**
- Promover a **redução de emissões** de gases com efeito de estufa
- Atrair investimento para financiamento de **projetos de investigação**
- Criar novas **oportunidades de emprego** na área da Energia
- Aumentar a percentagem de **incentivo ao investimento** privado em energias renováveis
- Apoiar a aquisição de **veículos mais eficientes** na renovação da frota da rede de transportes coletivos

TURISMO Oportunidade

É preciso apoiar com determinação a recuperação empresarial do pós-COVID e apostar com convicção na consolidação setorial da próxima década.

O sucesso da economia do Turismo é, para os Açores, uma nova oportunidade. Tem de ser para todas as ilhas.

O Turismo assume, no planeta, uma relevância fundamental para o crescimento e desenvolvimento da economia. Também para os Açores.

A nossa sustentabilidade turística é um desafio enorme.

A nossa sustentabilidade ambiental é um objetivo constante.

A aposta no Turismo não pode desmerecer, só pode beneficiar e valorizar, o que temos de mais genuíno, de mais representativo: a nossa Economia Verde e a nossa Economia Azul.

Com inteligência, elas podem ser novas oportunidades para novos empregos.

O sector do Turismo representa, na economia mundial, importância determinante e acentuado crescimento, no peso relativo no PIB de cada país, no contributo para o emprego, no equilíbrio das contas externas.

A mesma evolução positiva tem ocorrido a nível nacional. Espera-se que, ultrapassada a atual situação de exceção, este setor retome os seus anteriores níveis de crescimento.

Nos Açores, como resultado do reconhecido insucesso das políticas adotadas na primeira década deste século, o Turismo manteve-se em estagnação, e mesmo em queda, relativamente à maioria dos indicadores, até 2015.

O reforço do sector do Turismo assume relevância fundamental para o crescimento e desenvolvimento da economia dos Açores.

Ultrapassada a atual situação de exceção, o desafio no sector do Turismo será enorme. Por isso, tem que ser e será uma preocupação central da governação PSD.

A próxima década oferece a **oportunidade inadiável** de consolidar a nossa base estratégica com uma aposta clara no **Turismo de Qualidade**.

A melhoria das acessibilidades aéreas com o continente português teve um impacto imediato e significativo no crescimento de todos os indicadores turísticos. Ela ocorreu em 2015, por impulso nacional da governação social democrata, através da alteração do modelo das Obrigações de Serviço Público, com a liberalização do espaço aéreo nas rotas de São Miguel e Terceira. Foi uma opção adiada por sucessivos governos socialistas durante mais de 10 anos.

Agora, é fundamental ajustar as políticas públicas e a utilização dos instrumentos disponíveis, quer para a consolidação dos ganhos obtidos, quer para a sua potenciação necessária e possível.

Desde logo, urge estabelecer um **plano de emergência de apoio financeiro às empresas do sector turístico**, como forma de ultrapassar ou minimizar os efeitos desastrosos decorrentes da Covid-19.

A conservação e valorização ambiental, em todas as suas dimensões, é condição determinante da oferta turística da Região. Impõe, por isso, uma fortíssima articulação de políticas e de comportamentos entre os diferentes departamentos governamentais e entidades operacionais.

Importa incentivar a **mudança de atitudes** dos diversos intervenientes e, sobretudo, da população em geral, tornando-as compatíveis com os novos desafios do sector do Turismo.

O primeiro instrumento para este processo de mudança cultural é a sensibilização nas escolas para a importância do Turismo.

Até ao final do primeiro semestre de 2021, terá que estar elaborado e aprovado o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do **Turismo Sustentável** para a década 2021-2030. Esta oportunidade tem que ser aproveitada de forma coerente, consistente e, sobretudo, consequente.

Antes de mais, destacando as condições únicas do destino Açores em termos de segurança.

As ameaças reais do turismo global, resultantes de conflitos que geram insegurança e medo, mudanças climáticas e escassez de recursos, constituem, pelo contrário, uma oportunidade estratégica para os Açores.

O **Turismo de Natureza** é a base da oferta associada ao destino Açores.

Mas é também importante desenvolver outros produtos, como o Turismo Residencial, o Turismo de Saúde, o Turismo de Bem-Estar, o Turismo Sénior, o Turismo Cultural e Religioso.

Apesar das vantagens comparativas dos Açores neste setor, a base do seu sucesso passará sempre pela competitividade das empresas.

Para que assim aconteça, importa adotar verdadeiras medidas de **desburocratização**, contribuindo para a redução dos custos de contexto, e agilizar os seus processos e tempos de decisão.

Antes de mais e acima de tudo, a conceção e a aplicação das políticas públicas, neste como noutros setores, têm que ser desenvolvidas em profunda **articulação** com o sector privado da economia açoriana.

Salientam-se aqui algumas medidas que, pelas suas características, poderão ajudar a uma mais fácil recuperação do sector e ao seu reposicionamento futuro:

- Desenhar rotas de circulação diferenciadas, que permitam descentralizar o turismo pelas nove ilhas e dentro destas;
- Consolidar e melhorar a oferta em termos de HORECA (hoteis, restaurante e cafés);
- Valorizar a oferta cultural e fomentar iniciativas orientadas para o turismo (galerias de artesanato, arte contemporânea, joalharia regional);
- Apostar na digitalização das operações, para minimização dos pontos de contacto e aumento da segurança das transações;
- Reforçar os recursos digitais (ex: realidade virtual e aumentada) para complemento da oferta turística.

AGRICULTURA Presente!

O setor primário está sempre presente. Precisa e merece dar um passo em frente. Com investigação, com inovação, com competitividade. Podemos ser modernos sem deixar de ser rurais.

A Agricultura tem, nos Açores, uma expressão económica, social e territorial de grande relevância para a coesão regional, que marca a identidade e a genuinidade de cada uma das nossas ilhas e das suas gentes.

Integrando o conceito de região sustentável, a Agricultura é um elemento estrutural no contexto das políticas de ordenamento do território, ambientais e no desenvolvimento do turismo e deve, também por isso, orientar-se de forma distinta e determinada para assegurar: **o aumento sustentado do rendimento dos agricultores, o acesso dos jovens à economia rural, e a melhoria da competitividade das agroindústrias e do comércio** dos produtos agrícolas, pecuários e florestais certificados e em mercados de elevado valor comercial.

Com a **internacionalização de bens e de serviços** agro rurais, para acesso a diferentes cadeias de valor, a Agricultura também deve cumprir, num território descontínuo, o papel na produção para a **progressiva autonomia alimentar local**, em determinadas fileiras, valorizando o mercado interno regional, destinado a residentes e a turistas.

A **reestruturação do setor agrícola** regional exige com uma política agrícola regional, baseada numa estratégia de médio e longo prazo, com o compromisso de novas políticas da União Europeia para a ultraperiferia

e com a revisão dos critérios de apoio ao investimento e ao rendimento.

As oportunidades para uma “**Agricultura Ecológica**” estimulam um modelo preferencial para que os mercados e os consumidores atribuam outro valor e função que deve ser remunerada pelo mercado, mas também pela compensação pública.

A Agricultura contempla a existência partilhada de:

- Explorações agrícolas, pecuárias e florestais de **elevada competitividade comercial** (competitividade obtida por via do preço e dos reduzidos custos de produção)
- Explorações agrícolas, pecuárias e florestais de **elevada valorização ecológica** (competitividade obtida por via do papel reconhecido na sustentabilidade do desenvolvimento rural e pela preferência de mercados diferenciados e de consumidores preferenciais dos produtos e dos serviços associados)

Neste contexto, a governação do PSD considerará, devidamente, os seguintes pressupostos:

Ruralidade – a maior valia da economia e da identidade açoriana

- Uma nova visão para o **desenvolvimento agro rural integrado** que valoriza o potencial produtivo dos solos, a sua rentabilidade agronómica, a capacidade de transformação e de comercialização adequadas, o contributo para o mercado local e regional e a vocação exportadora de cada fileira agrícola, em cada ilha
- A **reestruturação voluntária das explorações** agrícolas que assegure a totalidade dos apoios anuais ao rendimento dos produtores, em simultâneo com o reajustamento das produções, face à valorização dos mercados, ao interesse dos operadores da indústria e do comércio e às condições de uma agricultura ecológica
- Uma forte aposta na **requalificação das explorações** com especial destaque para a produção de leite e de carne em pastoreio, com recurso à excelência da produção forrageira de pastagens assegurada através de apoio técnico e financeiro adequado

- Políticas integradoras – agricultura, turismo e ambiente – numa cadeia de elevado **valor acrescentado para mercados e consumidores preferenciais**, enquadrados em **planos de desenvolvimento rural específicos para cada ilha**
- A **gestão equilibrada do ordenamento do território**, atenta a capacidade do uso dos solos, com especial valorização da economia verde em espaços ecológicos relevantes com distinto interesse ambiental e potencial para desenvolvimento de atividades agro rurais diversificadas
- A **certificação ecológica de explorações** agrícolas no âmbito da produção de bovinos de leite e de carne para a contratualização com os diversos operadores da indústria e do comércio, através de condições favoráveis à colocação em mercados especializados dos produtos associados à designação **“Eco Açores Sustentável”** pela maior valia ambiental, mas também no quadro do “comércio justo” responsável e sustentável, que respeita agricultores e consumidores
- Uma política de apoio à **recolha, tratamento, reconversão e reutilização de efluentes agrícolas**, designadamente, no âmbito da fertilização responsável

Agricultor – o elemento essencial na estabilidade do rendimento e na fixação da população

- A promoção do **acesso à terra de jovens agricultores** com planos de reorganização fundiária e de emparcelamento através de regimes específicos de aquisição e arrendamento
- O estabelecimento de **contratos de parceria plurianuais com as organizações de produtores**, associações e cooperativas, traduzidos em financiamento anual garantido e estável, com a colaboração de recursos humanos qualificados da administração pública regional
- Valorização do papel dos **Jovens Agricultores** e dos **Jovens Empresários Rurais** como recursos preferenciais na inovação agrícola, industrial e comercial, com a criação de emprego familiar rural

- A diferenciação dos **apoios públicos destinados à valorização da qualidade** das produções, das explorações e dos empresários agrícolas, designadamente no quadro dos apoios anuais ao rendimento
- A criação de emprego na economia rural através do **“Programa Rural Açores Jovem”** extensivo à família dos jovens agricultores nos Açores

Mercado – a investigação, a inovação e a competitividade

O rendimento agrícola depende dos apoios públicos, estes que asseguram a acessibilidade da população aos bens alimentares básicos.

É, contudo, para acesso aos mercados mais seletivos e diferenciadores que as políticas públicas devem sustentar a sua intervenção junto das agroindústrias e dos diversos operadores no mercado, facultando os meios financeiros, mas também o quadro legislativo que reconheça as especificidades das empresas numa região insular e ultraperiférica e que permita:

- A criação de **incentivos de natureza fiscal, social, de apoio estrutural, comercial e logístico** às agroindústrias regionais associadas a projetos participados de valorização ecológica da produção agrícola, pecuária e florestal
- Uma **forte aposta na investigação e na inovação**, centrada no desempenho científico da Universidade dos Açores, na produção de bens e serviços, socialmente responsáveis, prestados pelos agricultores
- A **participação de capital e a gestão partilhada** para a requalificação, reestruturação e redimensionamento de empresas estratégicas e para a implementação de projetos inovadores para a economia rural
- O incentivo à requalificação e à instalação de **unidades rurais de transformação de produtos agrícolas e florestais**, integradas em planos diferenciados de acesso aos mercados, de marketing e inovação
- A **comercialização especializada** de produtos agrícolas dos Açores e a prestação de serviços de divulgação turística através do apoio ao estabelecimento de espaços comerciais “Loja Açores” que incluam a certificação **“Eco Rural Açores”**

- O incentivo à **consolidação do mercado interno regional** – produção local para consumo local – que resultará de uma estratégia de produção e de comércio rural gerador de emprego jovem apoiado nas freguesias rurais
- A investigação, a inovação e a experimentação no âmbito da produção de bens alimentares agrícolas e pecuários validada e monitorizada por um **Conselho Científico para a Investigação Agro Alimentar**
- A requalificação do potencial agrícola, recuperação do património edificado e construção de unidades tradicionais rurais em espaços agrícolas, para o agroturismo em **quintas e pomares tradicionais dos Açores**, onde a horticultura, a fruticultura, a floricultura e a apicultura se enquadrem na diversidade de ocupação dos solos
- Um sistema de **crédito agrícola integrado** adequado ao financiamento da atividade agrícola, pecuária e florestal em condições favoráveis e compatíveis com a evolução do rendimento agrícola
- A **formação profissional em agricultura, economia rural e sustentabilidade ambiental**, com recurso a estruturas do ensino regular e de formação especializada, atentas as necessidades formativas específicas, em cada ilha
- O investimento público em infraestruturas, com financiamento da União Europeia, com a manutenção e gestão dos caminhos de acesso às explorações, do abastecimento de água e da eletrificação agrícolas através de **programas de responsabilidade partilhada** entre o governo e as autarquias locais.

DIGITAL Futuro!

#AçoresSmart

**O futuro já chegou. Não há tempo a perder.
Temos de ser, verdadeiramente, uma Região Digital.
Em todos os setores e para todas as pessoas.**

Todas as áreas convergem para o futuro. E o futuro é digital.

Também aqui, temos de estar preparados com um **Plano de Ação para a Transformação e Transição Digital na Região Autónoma dos Açores.**

Este plano tem como pilares fundamentais e vetores estruturais a inclusão e capacitação digital das pessoas, a educação e formação à distância, a transformação e digitalização dos sectores primários, comércio e serviços e a digitalização de todos os serviços públicos e do sector público empresarial regional.

Para a transformação digital dos Açores, propomos, entre outras, estas sete medidas:

Digitalização de todos os serviços públicos utilizados por cidadãos e empresas nos Açores

[#AçoresE-Government](#)

Esta medida visa garantir a simplificação e o acesso online a todos os serviços públicos regionais, incluindo o relacionamento com todo o sector público empresarial regional. Assegura que todos os cidadãos têm acesso aos serviços públicos regionais através de plataformas digitais abertas e permanentemente disponíveis e fomenta a transparência e desburocratização das decisões do governo. Pressupõe, ainda, institucionalizar as situações e funções onde o teletrabalho deve estar consagrado como formato misto, parcial ou total, na prestação laboral dos funcionários da administração pública regional.

Estratégia Cloud para a Administração Pública Regional

[#AçoresE-Government](#)

Esta medida pretende criar um enquadramento estratégico para a integração de toda a componente aplicacional da administração pública regional na Cloud, através da adoção de ferramentas de computação que funcionem na “nuvem”. Pressupõe a plena integração com partilha permanente do output aplicacional em tempo real e em repositório único, redundante e com mecanismos de disaster recovery e resiliência adequados.

Implementação da infoinclusão e total digitalização do sistema de ensino regional

[#AçoresSmartSchool](#)

Esta medida compreende a implementação de dois programas específicos:

- Programa de digitalização do ensino, em todas as escolas, abrangendo os mecanismos de apoio à aquisição de equipamentos para alunos, docentes e funcionários, interligação à internet, definição de conteúdos programáticos e pedagógicos e potenciação da inclusão de produção regional. Programa de formação certificada continuada e especializada na área digital de todos os profissionais da administração pública regional UpSkill
- Programa continuado de formação para a Inclusão digital transversal, com especial enfoque para os que apresentem maiores dificuldades no manuseamento de ferramentas e recursos das TIC

Generalização do acesso, da capacitação e do empreendedorismo digital

[#AçoresE-Social](#)

Esta medida traduz-se em três programas complementares:

- Programa “Cartão Social” de acesso à aquisição de pacotes de equipamentos e/ou serviços de Internet
- Programa transversal a todo o tecido económico, da Capacitação Digital das PMEs, com apoio à transformação digital dos seus processos produtivos internos e atividades principais, assim como o incentivo à utilização do comércio e marketing eletrónicos, elegendo a análise do big data e utilização de inteligência artificial, como ferramentas imprescindíveis na relação duradoura e de fidelização dos clientes
- Programa específico para o Empreendedorismo Digital envolvendo como ponto central a Universidade dos Açores e incorporando os parques tecnológicos, escolas profissionais e centros de desenvolvimento de competências digitais, assim como empresas do sector, criando um ecossistema natural e com estratégia e aposta de longa duração em termos de desenvolvimento sustentado e sustentável de base tecnológica digital

Digitalização da Saúde

#AçoresSmartHealth

Propomos uma alteração substancial da relação entre a doença, o doente e o serviço regional de saúde, na qualidade e rapidez da informação que o utente envia aos serviços de saúde e na qualidade e rapidez com que os serviços tratam e acompanham os utentes.

Propomos igualmente a implementação, de facto e em pleno, da TeleSaúde: a sua dinamização, em particular das teleconsultas, com efetiva implementação e utilização corrente de meios técnicos de diagnóstico remoto, sistemas informáticos, comunicações, softwares e soluções aplicacionais dedicadas e que incorporem já ferramentas avançadas de análise e processamento de dados recorrendo à biometria e inteligência artificial de forma permanente. Apostaremos no desenvolvimento de áreas como a Telepatologia, a Teledermatologia, a Telenutrição ou os Telecuidados e a Via Verde do AVC, visando, afinal, a utilização da TeleSaúde rotineiramente como instrumento na triagem e referenciação para tratamento adequado, evitando tempos de espera, racionalizando recursos de todos e contribuindo para a forte diminuição da mortalidade e conforto dos utentes espalhados por todo o arquipélago e dentro das próprias ilhas.

Agricultura Digital

#AçoresSmartAgriculture

A agricultura digital consiste na inserção de tecnologias digitais em todas as fases da cadeia de valor, tendo em vista a promoção de vantagens competitivas e benefícios socioambientais.

Essencialmente, propomos um programa completo direcionado para a agricultura e pecuária que permita o processamento e tratamento do grande volume de dados que vêm sendo produzidos em todas as áreas que contribuem para o desenvolvimento agrícola, como a biotecnologia, as mudanças climáticas, as geotecnologias, as ciências agrárias e a nanotecnologia.

Desta forma, geraremos conhecimentos concretos, práticos, com impacto no dia a dia, que possam ser aplicados em todos os elos da cadeia produtiva, desde a pré-produção até a fase de pós-produção, isto é, na última fase, de comercialização e acompanhamento do mercado e clientes.

Arquipélago criativo e inteligente

#AçoresSmartSpot

Em suma, propomos o desafio com ambição de **tornar os Açores o primeiro Smart Arquipélago do mundo**, onde as suas ilhas e localidades, incorporando tecnologias e soluções de TIC, conseguem otimizar os recursos disponíveis, partilhando informação, recorrendo a processos de decisão e gestão inteligente baseados nesta informação transformada em conhecimento, conseguindo reduzir custos, preservar o ambiente e a sua identidade verde e melhorar a qualidade de vida dos seus residentes.

A produção de energia com base em fontes renováveis, a mobilidade elétrica de facto, a tele saúde, o teletrabalho, o telensino e a infoinclusão de pleno direito são estruturantes desta transformação global.

Pela nossa parte, estamos prontos para vencer os desafios do futuro. Que todos assumam as suas responsabilidades.

O novo Cabo Submarino de telecomunicações

Os sistemas de cabos submarinos óticos constituem elos únicos de ligação, em termos de comunicações eletrónicas das ilhas entre si e destas com o exterior da Região, em particular com o continente português e com o arquipélago da Madeira. Estando estes sistemas a atingir o limite da sua vida útil, a obsolescência destas tecnologias já é, além do mais, incompatível com os ritmos e débitos exponencialmente crescentes do tráfego associado às comunicações eletrónicas atuais.

Toda a vida contemporânea assenta nesta absolutamente crucial e imprescindível troca de dados eletrónicos que transitam nestes sistemas submarinos óticos. Sendo únicos, como no caso dos Açores, a sua ininterruptibilidade é uma exigência inalienável. Estes sistemas óticos, em configurações necessariamente redundantes e de elevada disponibilidade, estão para os Açores como as vias de comunicação tradicionais estão para as economias continentais. São responsabilidade do Estado. Para além da obrigação de assegurar os investimentos,

o Estado tem de acautelar que constituem verdadeiras autoestradas de pleno acesso não discriminatório ao desenvolvimento económico dos Açores, ao abrigo da coesão e da continuidade territorial do país.

A Região tem que estar atenta e atuante para exigir que o Estado cumpra a sua obrigação. Em tempo útil e de forma adequada.

O atual modelo em regime de exploração, em monopólio dos sistemas de cabos submarinos óticos, impôs uma desigualdade digital aos Açores e não permitiu ao longo dos últimos 20 anos que os açorianos tivessem acesso a uma oferta de soluções diversificada, concorrencial e competitiva de comunicações eletrónicas, como ocorre no continente português. O novo modelo de negócio e exploração tem de acautelar a não repetição desta discriminação negativa e forte contributo para a marginalização digital das empresas e da população dos Açores, devendo constituir mesmo a primeira ligação atlântica e entrada avançada da Europa.

O PSD exige à República que trate os açorianos como portugueses de primeira. Porque é isso mesmo que nós somos!

CONFIANÇA PSD
AGENDA DE
GOVERNAÇÃO
2020-2030




PELOS AÇORES
SOLIDÁRIOS. PESSOAS PRIMEIRO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



CONFIANÇA
★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ **AÇORES**

www.psdacores.pt

 [psdacores](https://www.facebook.com/psdacores)